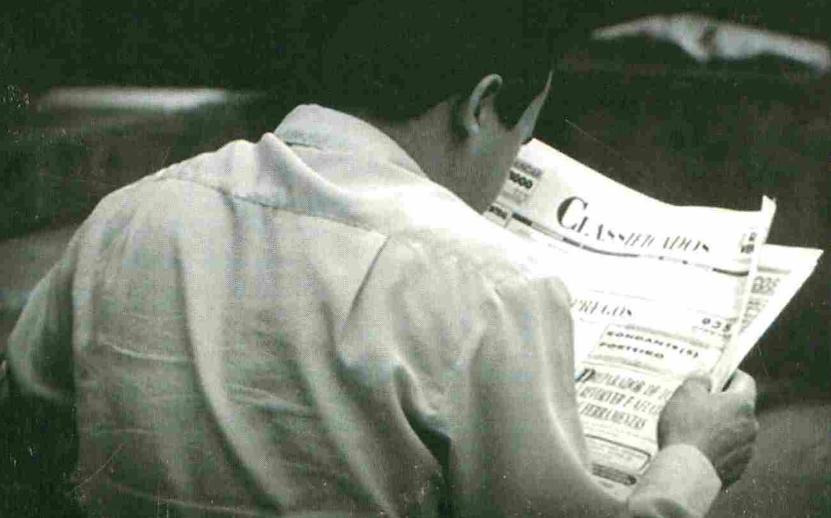


Debate Sindical

ANO 12 - Nº 27 - FEVEREIRO \ MARÇO \ ABRIL 1998 - R\$ 7,50

O HORROR ECONÔMICO

CRISE MUNDIAL E DESEMPREGO



**Sindicalistas opinam sobre
a atualidade do Manifesto Comunista**

**Stédile apresenta um balanço da
luta pela reforma agrária em 97**

**Significado da vitória dos classistas
nos condutores de São Paulo**

ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** As causas da crise financeira mundial
(*Umberto Martins*)
- 9** Desemprego, precarização e sindicalismo
(*Altamiro Borges*)
- 15** A reforma agrária e as mentiras de FHC
(*João Pedro Stédile*)
- 18** Significado da eleição nos condutores
(*Bernardo Joffily*)
- 23** A vulnerabilidade do plano Real
(*Renildo de Souza*)
- 27** Debate: atualidade do Manifesto Comunista
(*Sérgio Barroso e Sebastião Neto*)
- 33** As falsidades no mundo do pós-fordismo
(*Francisco José Soares Teixeira*)
- 41** Os operários paulistas no início deste século (II)
(*Paula Beiguelman*)
- 47** Bertold Brecht, o poeta dos trabalhadores
(*Augusto Buonicore*)
- 53** 10 anos do assassinato de Paulo Fonteles
(*Nise Jinkings*)
- 55** Resenhas de livros
- 58** Cartas dos leitores

ERRATA

A foto publicada na página 21 da edição anterior saiu sem o crédito do autor. Ela pertence ao fotógrafo Vander L. Braz.

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01323-010

Fone/fax: (011) 289-1496

Conselho de Redação

Altamiro Borges
Augusto Buonicore
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Umberto Martins
Oswaldo Bertolino

Conselho Editorial

Armando Boito
César Benjamim
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco J.S. Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Antonio Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Augusto Pelta
Edson Pimenta
Gilca Almeida de Souza
Gilson Luís Reis
Gregório Poço
José Alvaro Gomes
José Carlos Schultz
Luiz Raimundo Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianeí Martins
Wagner Gomes

Revisão

Josenildo Marques

Capa

Big Nel

Fotos de capa

Sebastião Salgado
Alexandre Machado

Diagramação

Sandra Luiz Alves (fone: 289-9574)

Impressão e acabamento

Editora Parma Ltda.

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro(a) sindicalista

O ano de 1998 promete ser bastante agitado. A crise financeira mundial, que teve como estopim o Leste Asiático e logo gerou turbulências em todo o mundo, tende a agravar-se. Quem faz esta previsão pessimista são as próprias “autoridades” do capital, na recente reunião de Davos. No Brasil, nem o governo FHC consegue esconder a gravidade da situação – decorrente, entre outras coisas, do modelo neoliberal implantado no país. Já admite o desaquecimento da economia e um vertiginoso aumento do desemprego.

Para enfrentar a grave crise capitalista, os governos burgueses descarregam todo o ônus nas costas dos trabalhadores – como reconheceu o jornal *The New York Times*, o mais influente dos EUA, em artigo especial sobre a economia brasileira. Além do desemprego, a ofensiva neoliberal promove a barbárie nas relações trabalhistas – contrato temporário, redução de salários, retrocesso em conquistas históricas, brutal arrocho salarial. A onda regressiva e destrutiva do capital não tem precedentes nas últimas décadas deste século.

Por outro lado, há sinais mais evidentes do crescimento da resistência dos trabalhadores. Em todo o mundo, greves, passeatas massivas e derrotas eleitorais dos partidos mais identificados com o neoliberalismo. O mês de janeiro confirma esta tendência, com protestos constantes dos desempregados na França, revoltas na Alemanha e greves em vários países. No Brasil, o ano também começou quente. O rolo compressor na votação da reforma da Previdência esbarrou na reação mais contundente das vítimas deste golpe.

Para polarizar ainda mais este quadro, 98 é ano de eleição – em especial, de sucessão presidencial. O “imperador” FHC, que até há pouco considerava-se imbatível, já não está tão confiante. Suas maquinações políticas para montar uma ampla frente neoliberal, com destaque ao jogo escancarado do fisiologismo, chocam-se com o agravamento da crise e do descontentamento popular. Já os partidos de esquerda, mais comprometidos com os anseios populares, avançam na composição de uma aliança anti-neoliberal.

O sindicalismo terá grandes desafios neste ano. O prioritário é o de unificar e intensificar a luta de massas. Do contrário, não imporá diques à onda de desemprego e precarização do trabalho. A unidade dos trabalhadores, com formas mais incisivas de luta, é decisiva. Além disso, o movimento sindical classista precisa jogar papel de destaque na disputa eleitoral. A passividade ou neutralidade só favorecem os donos do capital. É preciso somar todas as forças para derrotar a política de terra arrasada do neoliberalismo. Radicalidade e amplitude – eis o binômio estratégico deste estágio da luta de classes no Brasil.

Dívida externa: o pano de fundo da crise global

Umberto Martins *

O ano novo começou ainda sob o signo da crise financeira mundial, que vem se desenvolvendo, com altos e baixos, desde meados de 1997 e, embora atingindo com maior intensidade o sudeste asiático, propaga-se rapidamente pelo globo e está ganhando uma dimensão inédita. A crise contaminou as bolsas de valores de diferentes países e revelou que o sistema financeiro internacional move-se sobre uma estrutura corrompida por profundos desequilíbrios e cada vez mais sujeita a abalos bruscos e assustadores.

A crise ainda está em movimento e seria pouco sensato, neste momento, profetizar sobre seus desdobramentos imediatos. Mas, qualquer que seja o futuro que nos aguarda na próxima esquina, o horizonte econômico já sofreu notáveis alterações. Um dos sinais disto foram as revisões (para baixo) das sempre otimistas e furadas projeções de crescimento econômico (relativas a 1998) do FMI, reiteradamente desmentidas pelos fatos. As expectativas otimistas dissolveram-se no colapso das bolsas, dando lugar a perspectivas sombrias, que vão da virtual estagnação à depressão econômica.

Estima-se que a crise tenha provocado – até o momento – prejuízos de alguns bilhões de dólares, reduzindo expressivamente a disponibilidade de capitais para investimento no mercado mundial. Trata-se de uma mudança significativa. Registrou-se no mercado financeiro internacional, durante os últimos anos, uma apreciável liquidez, a exemplo da que se verificou na década de 70 e que pre-

cedeu a crise da dívida externa. Foi um período marcado pela expansão do crédito, aumento das inversões no exterior, particularmente nas economias dependentes, generosamente chamadas de mercados emergentes, e globalização dos investimentos nas bolsas de valores, facilitada pela informática e a política neoliberal.

Por certo tempo, imaginou-se que a crise da dívida externa – que mergulhou os países dependentes, com exceção dos asiáticos, num longo período de estagnação e hiperinflação, produzindo a década perdida – estava definitivamente superada e todo o mundo capitalista ingressava numa onda de prosperidade que se imaginava longa. A vida vem mostrando que tal impressão é falsa, carregada de interesses e sonhos pequeno-burgueses – com efeitos grotescos, como a transformação do autor da “Teoria da dependência” (FHC) num campeão do entreguismo e da desnacionalização.

Países da América Latina assolados pela



hiperinflação, destacadamente México, Argentina e Brasil, promoveram – com um ligeiro sucesso – planos de estabilização monetária e estratégias de crescimento ancorados no milagre da multiplicação do crédito e investimento estrangeiro. Os tigres asiáticos trilharam caminho semelhante. A contrapartida foi o crescimento vertiginoso do endividamento externo, que alcançou dimensão mais dramática que no início dos anos 80.

A dívida é, com efeito, o pano de fundo da crise, mas há diferenças e características novas dignas de nota em relação à década anterior. Um perfil mais preocupante, com grande volume de empréstimos (fornecidos pela banca privada) vencendo a curto prazo. Estima-se, por exemplo, que as “obrigações” da Coréia do Sul com os agiotas internacionais devem somar cerca de 90 bilhões de dólares neste ano.

Dívidas financiadas por capitais voláteis nas mãos de especuladores vorazes

O endividamento acelerado vinha sendo

financiado, em boa medida, por capitais dotados de uma espantosa volatilidade e manipulados por especuladores vorazes. Na medida em que os buracos das contas externas evoluem e a capacidade de pagamentos entra em xeque, eles tornam-se mais exigentes e ariscos, migrando da noite para o dia em direção a praças consideradas mais seguras e deflagrando o colapso das bolsas e do câmbio. Em todos os mercados onde a crise eclodiu – e o precedente ocorreu no México, no final de 1994 – os déficits em conta corrente dos balanços de pagamentos tinham alcançado um patamar insustentável.

Quando a possibilidade de financiamento foge, na onda do capital volátil, impõe-se o ajuste das contas, monitorado pelo Fundo Monetário Internacional de acordo com os interesses das grandes potências e com os ingredientes de praxe: maxi-desvalorizações das moedas locais, restrições ao crédito, elevação das taxas de juros, redução das importações, desaquecimento da economia e/ou recessão, com certa retomada da inflação e desemprego a gosto.

Desta vez, a Ásia – que viveu anos de

prosperidade na década perdida – não escapou. Foi por lá, com a “quebra” da Tailândia em julho do ano passado, que o processo teve início. O Japão, maior credor da região (onde aplicou mais de 250 bilhões de dólares), vem sofrendo consideráveis prejuízos. Não se deve esquecer que foi precisamente graças à reciclagem dos excedentes produzidos pelas empresas nipônicas que os países asiáticos ficaram à margem da crise da dívida externa – que eclodiu em 1982 com a moratória mexicana. A diferença, ao que parece, é que agora a brincadeira foi longe demais.

A crise evidencia o descolamento da acumulação de capital na esfera financeira da sua valorização real no processo produtivo. Os ganhos obtidos ou negociados com os empréstimos, títulos públicos, assim como na especulação com as ações (sobrevvalorizadas) não têm mais garantia no crescimento efetivo da economia capitalista. Esta, pelo menos desde a década de 80, vem se desenvolvendo – embora de forma desigual nos diferentes países e regiões – a taxas declinantes e medíocres, particularmente nos mercados considerados mais desenvolvidos. Aliás, também neste caso é na crise da base produtiva que reside a causa mais profunda das perturbações monetárias e/ou financeiras, que se verificam no terreno da economia apropriadamente classificada de fictícia.

Provavelmente, o efeito mais perverso da crise seja o fortalecimento dos laços de dominação imperialista sobre as nações dependentes. O processo de centralização do capital, a nível global, avança de forma avassaladora, muito mais quando estimulado pela imposição de políticas neoliberais (mais na América Latina que na Ásia). Isto provoca – nos países periféricos – uma maciça transferência de patrimônio nacional (especialmente, mas não exclusivamente, estatal) para os grandes monopólios internacionais. A desnacionalização, em curso, se traduz no fato das fusões e aquisições de empresas (em boa medida via privatizações) ter se transformado na grande atração dos chamados investimentos

diretos promovidos pelas multinacionais nos “mercados emergentes”.

A ameaça de uma depressão global pode abalar os planos continuístas de FHC

A subordinação das políticas econômicas das nações dependentes às determinações emanadas das potências imperialistas, orientadas pelos interesses de suas multinacionais, chegou às raias da humilhação. As condicionalidades impostas com uma arrogância descarada através de programas bilionários de “socorro” e ajuste econômico, protagonizados pelo FMI, incluem coisas como a penhora dos recursos petrolíferos mexicanos e outros compromissos vergonhosos. Muitos destes “acordos” fixam privilégios e facilidades inéditas para as burguesias japonesa e norte-americana.

É o caso recente da Coreia do Sul, onde documentos foram assinados previamente pelos candidatos mais cotados às eleições para a presidência ocorridas em dezembro. Entre outras imposições, um dos textos – subscrito também pelo candidato da oposição, Kim Dae Jung, que venceu o pleito – prevê a eliminação das restrições às importações do Japão e EUA e permissão ao capital estrangeiro para aquisições e participações acionárias superiores a 50% nas empresas locais.

O capitalismo vive neste momento sob a ameaça de uma depressão global. Os problemas não ficaram circunscritos à Ásia. No Brasil, o impacto é sensível. Já presenciamos um brutal aumento das taxas de juros e o pacote recessivo baixado em novembro, fatores que reduziram a zero as perspectivas de crescimento econômico. Porém, o pior ainda está por vir. Está claro que, por estas bandas, a crise cambial – com maxi-desvalorização do real e outros detalhes – é questão de tempo e sorte. FHC, que ancorou na estabilidade monetária o projeto de reeleição, aposta e joga na possibilidade de adiar o dia do ajuste para uma data qualquer depois do pleito.

Mas, embora contando com o trunfo das privatizações e certas reservas, não é ele – um mero brinquedo em mãos alienígenas – quem distribui as cartas. Coisas como um eventual aumento das taxas de juros nos EUA (que ninguém, em sã consciência, descarta) podem precipitar o ajuste da moeda, relativamente

sobrevalorizada atualmente – e, neste caso, pode naufragar com o real o sonho continuísta do governo. O fato é que o projeto neoliberal do sociólogo FHC não tem um futuro muito digno. E vai deixar por saldo a miséria da dependência e do vil servilismo ao capital estrangeiro.

* Jornalista, assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo e integrante do Conselho de Redação da *Debate Sindical*

PARASITISMO DOS EUA NA RAIZ DOS DESEQUILÍBRIOS FINANCEIROS

A crise vem estimulando uma intrigante mudança de espírito em nossa sociedade, notadamente entre economistas e futurólogos. Consciências que dormitavam nos sonhos de eternidade do capitalismo, supremacia do mercado, fim de história e coisas do gênero, andam um tanto quanto perturbadas. Um dos temores que agitam almas nesta época é motivado pela possibilidade de a crise atingir os EUA – ainda o coração, embora frágil, da ordem econômica internacional. Não se trata de uma preocupação infundada, apesar da ingênua impressão de que a economia norte-americana anda no melhor dos mundos.

Fortalecendo e agravando uma velha tendência, ultimamente os EUA deram para ostentar déficits comerciais que se aproximam da marca dos 200 bilhões de dólares ao ano. São milhões de carros e outras quinquilharias que o império importa (para consumo pessoal e do capital) sem a compensação de um valor equivalente gerado pelas exportações. Quando se sabe que no Brasil um déficit comercial em torno de 8 bilhões de dólares já é um luxo insustentável, pode-se imaginar o que ocorre com a sociedade norte-americana, que indubitavelmente tem um padrão de vida muito além dos próprios meios que produz, pois transformou o planeta num grande supermercado onde há anos vem sacando fiado.

Conforme ensina o mestre Aurélio, denomina-se parasita àquele que vive à custa alheia. E o parasitismo – tendência inexorável da acumulação capitalista na fase imperialista

–, como já se alertava no passado, é ao mesmo tempo sintoma e causa da decomposição das potências hegemônicas. Por sinal, a história sugere que foi na via do déficit comercial que a Grã-Bretanha perdeu a majestade.

O desequilíbrio comercial vem se desenvolvendo desde 1971 nos Estados Unidos, ano que ficou marcado pelo fim do lastro do dólar em ouro, determinado por Nixon. Como era de se esperar, os saldos negativos da balança entre exportações e importações (a chamada balança visível das transações com o exterior) acabou por contaminar as outras contas do balanço de pagamentos (a balança invisível). Assim, apesar do vertiginoso crescimento da apropriação de lucros no exterior (o produto da espoliação chega a cerca de US\$ 50 bilhões a cada trimestre atualmente), a economia do país passou a acumular, desde 1982, formidáveis déficits em conta corrente. Como em qualquer outro lugar do mundo (pois trata-se aqui de uma lei objetiva da economia), estes vêm sendo financiados por recursos externos, desdobrando-se em endividamento privado e, principalmente, público. O déficit governamental é uma das contrapartidas deste financiamento.

Não é segredo que os EUA tornaram-se campeões mundiais da dívida externa (título de duvidoso valor), tendo contraído débitos que ultrapassam a casa do trilhão de dólares. O Japão é o principal credor do decadente império – detendo algo em torno de meio trilhão de dólares em títulos públicos do Te-

souro norte-americano. Também não é à toa que as taxas de juros na terra do Tio Sam são as mais elevadas e atraentes comparativamente às duas outras grandes potências econômicas (Japão e Alemanha).

AJUSTE NAS CONTAS DO JAPÃO PODE DESENCADEAR PROFUNDA CRISE NOS ESTADOS UNIDOS

O medo que vem tumultuando o sono de muitos especuladores e alguns analistas deriva da conclusão de que os ajustes de contas na Ásia tenham um custo demasiadamente alto para o Japão. Isto poderia provocar uma redução na sua capacidade de investimentos em títulos norte-americanos (fundamentais à rolagem da dívida externa dos EUA) ou até mesmo forçar a decisão de desova desses papéis no mercado mundial. Esta possibilidade, aliás, foi aventada pelo primeiro-ministro nipônico meses atrás, depois de se irritar com o exibicionismo de Bill Clinton durante reunião do Grupo dos Sete, em Denver.

Neste caso, o caos seria muito maior e obviamente nenhum país sairia incólume. Uma das primeiras e mais sérias conseqüências seria um forte aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, como meio de continuar atraindo o capital indispensável ao financiamento do déficit em conta corrente. Os efeitos logo se fariam sentir, especialmente na América Latina – a maxi-desvalorização do real, por exemplo, tornar-se-ia inevitável.

Os desequilíbrios externos da economia norte-americana constituem o maior fator de pressão sobre o fluxo internacional de capitais, em boa medida determinando sua direção. A necessidade de financiamento dos rombos

externos demanda a canalização de uma quantidade impressionante de recursos estrangeiros para os EUA. As taxas de juros relativamente elevadas e a confiança que os grandes investidores japoneses e europeus ainda depositam em sua economia vem garantindo o ingresso maciço de capitais para satisfazer o apetite parasitário do decadente império. Porém, a idéia de que tal processo pode se perpetuar é destituída de bom senso. Nenhum país, nem mesmo os EUA, tem uma capacidade ilimitada de endividamento.

O poder cria ilusões e entre elas conta-se a de que, sendo o emissor da principal moeda que baliza as trocas e os negócios realizados no mercado mundial, o imperialismo yanque tudo pode, inclusive engordar uma dívida externa (a maior do mundo) sem custo. Bobagem! Toda dívida tem seu preço, inclusive a norte-americana. Muito embora a lógica não seja a mesma verificada nos países emergentes, também para os Estados Unidos chegará a hora do ajuste de contas. Se tal momento está se aproximando, conforme temem muitos observadores, é outra questão.

O fato – para o qual renomados economistas americanos chamaram a atenção após o crash da Bolsa de Nova York ocorrido em 1987 (há, portanto, cerca de 10 anos) – é que os desequilíbrios das contas externas daquele país são insustentáveis a longo prazo. O ritmo e a ocasião em que as correções indispensáveis vão ser efetivadas são coisas que devemos deixar a cargo e critério da história. A decomposição da potência hegemônica, como já sugeria Lênin, é o resultado lógico que o parasitismo (traduzido nos déficits e na dívida externa) acabará por impor à burguesia yanque. (UM)

Desemprego, precarização e resistência sindical

Altamiro Borges *

Recorde nas taxas de desemprego, barbárie trabalhista, arrocho salarial - este é o espectro sombrio que ronda os lares dos trabalhadores brasileiros na atualidade. A crise financeira mundial, que teve como epicentro o Leste Asiático, apenas agravou este quadro no rastro destrutivo e regressivo da avalanche neoliberal. A exemplo de outros países, o movimento sindical já apresenta sinais mais contundentes de resistência, mas ainda não conseguiu superar a fase de defensiva. Novas bandeiras e desafios encontram-se na ordem-do-dia!

Os assalariados brasileiros estão vivendo no pior dos mundos. Talvez nunca na história recente tenham presenciado tantos golpes, retrocessos e humilhações. O desemprego é, sem dúvida, a pior chaga. Segundo pesquisa do Dieese/Seade, ele bate recordes a cada mês. Mesmo no final do ano, período em que costuma ocorrer certo aquecimento das vendas e da produção, a indústria e o comércio promoveram demissões em massa. Apesar do alarde otimista sobre as vendas de Natal, a queda do faturamento no comércio em São Paulo foi de 11,59% – comparando-se ao mesmo período do ano anterior.

Em novembro passado, o desemprego atingiu a marca histórica de 16,6% da População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de São Paulo – o equivalente a 1.436 milhão de excluídos do trabalho. Essa taxa representa quase o dobro da verificada em novembro de 1990 – quando era de 9,4% da PEA (684 mil atingidos). Segundo dados do mesmo Dieese, o desem-

prego aberto e oculto atinge em todo o Brasil 9,650 milhões de pessoas – 13,8% da PEA. O próprio IBGE, órgão oficial que calcula apenas o desemprego aberto, confirma a violenta elevação dos índices no país.

A gravidade da situação atual fica evidenciada também em outras estatísticas. O número de ações na Justiça do Trabalho, por exemplo, disparou em decorrência do desemprego. Entre 90 e 97, cresceu em 63,8% a quantidade de processos no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Só em 97 foram quase 400 mil ações neste órgão – a maioria questionando o valor das indenizações pagas por motivo das demissões. Para desespero do trabalhador, uma ação demora em média cerca de 1,5 ano à espera da sentença. Janeiro também bateu recordes em inadimplências, cheques sem fundo e devolução de produtos.

E a tendência, reconhecida pelo próprio governo, é do quadro piorar. Após a grave crise asiática, até os apologistas de plantão passaram a prever um crescimento da eco-

nomia nacional de menos de 1,5% em 98. A duplicação das taxas mínimas anuais de juros, que pularam de 20,7% para 43,4% no final do ano, e o recessivo pacote fiscal editado em 10 de novembro representaram um forte freio econômico – o que tem como consequência a inevitável queda do consumo, a retração da produção e ... o aumento do desemprego!

Segundo Márcio Pochmann, economista da Unicamp, se confirmada a previsão oficiosa de crescimento de 1,4% do PIB, a desaceleração em 98 deverá eliminar mais 2,5 milhões de empregos. Essa tendência de agravamento inclusive já faz parte do senso comum. Pesquisa *Datafolha*, realizada em dezembro, aponta que 70% dos entrevistados acham que o desemprego vai crescer neste ano. Já a pesquisa da consultoria Arthur Andersen, junto às 500 maiores empresas instaladas no país, revela que a maioria pretende reduzir o número de funcionários em 98.

Sob a lógica do mercado, a reestruturação agrava o processo de exclusão social

Diante dessa brutal destruição da força de trabalho, governo e empresários fazem um sinistro jogo de empurra – que, infelizmente, acaba envolvendo alguns sindicalistas. O primeiro afirma que o desemprego “é inevitável” e decorre do processo de reestruturação produtiva exigido pela encarniçada concorrência da economia “globalizada”. FHC chegou até a cunhar o termo “inempregáveis” para justificar a ausência de vagas. Já os patrões, travestindo-se de santos, alegam que a culpa do desemprego é exclusivamente do governo – que não aprova as reformas neoliberais, eleva os juros e emperra a iniciativa privada.

Nenhum dos dois, é óbvio, têm razão. Usam apenas de meias-verdades, mais eficazes do que a pura mentira, para manipular as consciências. Tentam camuflar o caráter de classe do atual governo, que representa exatamente os interesses maiores da burguesia.

No fundo, o desemprego faz parte da lógica do capitalismo. A reestruturação produtiva, com a introdução de novas tecnologias e métodos de gerenciamento, evidentemente reduz a necessidade do trabalho vivo. Sob o comando do capital, que visa apenas o lucro, essa tendência agrava-se ainda mais – gerando enorme exclusão, sem qualquer anteparo social.

Hoje as indústrias estão produzindo muito mais com muito menos trabalhadores. Em 91, por exemplo, as montadoras fabricaram 960 mil veículos com 109 mil funcionários; já em 97, a produção ultrapassou 2 milhões de unidades com cerca de 106 mil operários. Em 86, o mesmo setor empregava 127 mil metalúrgicos. Segundo relatório do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a indústria automobilística no país aumentou em 10% sua margem de lucro desde janeiro de 96. Já a produtividade quase que dobrou. A operação é simples: para aumentar os lucros e disputar o mercado, empresas elevam a produtividade e reduzem os custos – em outras palavras, demitem milhares de pais de família.

E este fenômeno não ocorre apenas no setor industrial. No comércio, que até há pouco tempo era tido como absorvedor da mão-de-obra extinta em outras áreas, a automação também provoca danos equivalentes. As 300 maiores redes de supermercados do país cortaram 70 mil empregos entre 87/96. Já o faturamento e a produtividade do setor cresceram 15% e 46%, respectivamente, segundo o Dieese. E há previsões de mais 17 mil demissões neste ano. No bancos, a automação cortou mais de 400 mil postos de trabalho – de aproximadamente 900 mil na década de 70 para menos de 500 mil nos dias de hoje.

Já na agricultura, de acordo com o IBGE, nos últimos quatro anos cerca de 2 milhões de trabalhadores perderam o emprego – principalmente devido ao uso de insumos e de novas tecnologias, como as colheitadeiras no corte de cana. Ao mesmo tempo, a produtividade no campo teve um aumento violento. Segundo o Ministério da Agricultura, na década de 70

o país utilizava 45 milhões de hectares para produzir 50 milhões de toneladas de grãos. Hoje a área cultivada diminuiu para 37 milhões de hectares e a produção aumentou para 80 milhões de toneladas por ano.

**Projeto neoliberal de FHC
acelera o desemprego e a
precarização do trabalho**

Por outro lado, as medidas governamentais têm peso determinante sobre o nível de emprego. Controlam ou aceleram a lógica do capital. A política neoliberal implementada pelo governo FHC é hoje a responsável mais visível da violenta onda de demissões. Juros elevados – recordistas no mundo –, restrição ao crédito, abertura desenfreada das importações, taxa de câmbio sobrevalorizada, privatizações entreguistas, entre outras medidas, estrangulam a economia. Reduzem a demanda interna, retraem a produção, sucateiam o parque produtivo e, como efeito, geram mais desemprego.

É interessante, inclusive, observar como as ondulações da política econômica têm reflexos nos níveis de emprego. Nos cinco anos de mandato de José Sarney (85/90) foram criadas 3.200.998 vagas no mercado formal de trabalho; já o governo Collor (90/92), que iniciou a maré neoliberal, eliminou 2.111.650 empregos; no governo Itamar (93/94), menos adepto das teses econômicas ortodoxas, foram criadas 428.622 vagas; por último, entre 95 e agosto de 97, o governo “social-democrata” de FHC eliminou 466.699.

Os efeitos nefastos dessa política econômica são imediatos. Diante da crise asiática, o governo federal elevou os juros e reduziu as despesas do Estado – cortando gastos nas áreas sociais e anunciando a demissão de 35 mil servidores públicos. Tudo para garantir a sanha especulativa do capital financeiro internacional. A dramática consequência não tardou. Dezembro, mês em que costuma ocorrer um relativo aquecimento da economia,

registrou os piores índices de demissões dos últimos anos.

Como se observa, os dois fatores estão na raiz da atual onda de desemprego – e não dá para o sindicalismo cair na armadilha de se aliar aos patrões para combater o governo ou vice-versa. Neste sentido, o caso recente da Volkswagen, que ameaçou demitir 10 mil operários, é emblemático. As medidas governamentais adotadas no final do ano, em especial o aumento dos juros, reduziram drasticamente a produção e a venda de veículos. Em novembro, a indústria automobilística produziu 141 mil unidades – 32,5% a menos do que em outubro. Já as vendas despencaram em 33,6%. Daí a ameaça da Volks!

Por outro lado, desde meados do ano passado, portanto muito antes do *crash* asiático, que a multinacional alemã planejava reestruturar suas quatro unidades no país. Isto porque ela vinha perdendo o seu reinado, absoluto durante décadas, no mercado de veículos. Em 95, a Volks era dona de 38,6% do mercado, enquanto a Fiat ficava com 27,1%; em novembro de 97, sua fatia diminuiu para 32,2% contra 30,5% da multinacional italiana. Agora, fala-se que a firma alemã já ocupa o terceiro lugar no *ranking* nacional. Ou seja: os dois fatores se complementam ... sempre em prejuízo dos trabalhadores!

**A exemplo de outros países,
contrato temporário elevará
a rotatividade no emprego**

E o pior é que o desemprego não é o único espectro que ronda os lares brasileiros. Embalados no “pensamento único” neoliberal, governo e patrões aproveitam a situação de defensiva dos trabalhadores, acuados pelas demissões, para precarizar ainda mais as condições de trabalho. Hoje, o Brasil e o mundo assistem a maior regressão histórica nos direitos trabalhistas. A ofensiva não tem paralelos neste século. Além da insegurança no trabalho, pesa o temor do retrocesso em

antigos direitos e o brutal arrocho dos salários.

As iniciativas de precarização do trabalho são inúmeras. A lista é chocante e deprimente – marcando fortemente o currículo de FHC. A mais recente, sancionada em 21 de janeiro, foi a lei que introduz o contrato temporário de trabalho. O argumento usado pelo governo para justificar tal golpe foi o de que a legislação trabalhista no Brasil é rígida e de que os custos são elevados, o que inviabilizaria a geração de novas vagas. O contrato temporário, portanto, seria um mecanismo para elevar os níveis de emprego no país. Puro engodo!

Em primeiro lugar, porque a legislação no país é uma das mais flexíveis do mundo. Prova disto é que a rotatividade no emprego bate recordes. Em 95, segundo o IBGE, a taxa foi de 37,1% – nos EUA, que se gabam de ter um mercado altamente desregulado, ela atinge 14% da PEA. Na Argentina e no Paraguai, outros dois países periféricos do sistema, a taxa é, respectivamente, de 7,42% e 29%. Outro indicador de que o desemprego não decorre da rigidez da legislação é que, segundo o próprio Ministério do Trabalho, entre 90 e 96 foram eliminados 2.060 milhões de empregos no mercado formal.

Quanto aos custos do trabalho, a mentira é mais descarada. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Brasil é um dos países que paga menos aos trabalhadores. Na indústria, por exemplo, o custo do trabalho é de US\$ 2,68 por hora – enquanto na Coreia é de US\$ 4,93; na Espanha, US\$ 11,73; nos EUA, US\$ 16,91; e na Alemanha, de US\$ 24,87. A queda dos salários na riqueza nacional fica evidenciada num estudo recente do IBGE. Ela mostra que a participação dos salários na distribuição do PIB caiu de 45%, em 1990, para 38%, em 96. Do outro lado da moeda, a remuneração do capital aumentou de 33% para 41% no mesmo período.

Por último, no que se refere à propaganda de que o contrato temporário gerará empregos, a experiência internacional demonstra exatamente o contrário. Na Espanha, onde existem 17 tipos de contratos precários, o

desemprego só cresceu nos últimos anos – atingindo mais de 23% da PEA. Tanto que o atual governo de direita espanhol reconhece que a contratação temporária “aumentou a rotatividade, elevou o desemprego e diminuiu a qualidade dos produtos”. Já na Argentina, que nos últimos sete anos flexibilizou as leis trabalhistas, o desemprego saltou de 3,6% para 21% da PEA. A partir do estudo das experiências de vários países, a própria OIT desaconselhou o uso destas medidas.

Na verdade, o contrato temporário serve apenas aos interesses do patronato. Segundo estimativas oficiais, os custos da mão-de-obra devem cair de 58,7% para 37% sobre o salário. Isto porque a nova lei fixa a redução em 50% das alíquotas do chamado sistema S (Senai, Sesi, etc.), do salário-educação, seguro de acidente de trabalho e das contribuições ao Inca. Além disso, os depósitos mensais do FGTS foram reduzidos de 8% para 2%. E o que é mais grave, a nova forma de contratação desobriga o pagamento do aviso prévio e da multa de 40% nas demissões – o que estimulará a demissão dos atuais funcionários, a elevação da rotatividade no emprego e o próprio aumento do desemprego formal.

A ofensiva neoliberal e a longa lista de retrocessos nos direitos trabalhistas

Nem o regime militar teve condições de promover tal retrocesso na legislação trabalhista. Mas, como já foi dito, a lista de retrocessos é imensa. O mesmo governo FHC, em julho de 95, instituiu a chamada “livre negociação” salarial, proibindo o repasse automático da inflação. O resultado foi um brutal arrocho dos salários nos últimos anos – para não falar dos milhões de servidores públicos que estão há mais de três anos sem qualquer reajuste. Pesquisa feita pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) indica que, entre janeiro e setembro de 97, a maioria das categorias teve reajuste abaixo da inflação. Da amostra de 46 negociações

diador nas negociações coletivas; 4) desregulação dos contratos por meio das cooperativas de trabalho; 5) redução de parte dos encargos sociais para os trabalhadores rurais; 6) introdução do sistema Simples para contratação nas microempresas; 7) flexibilização dos empregos por meio do contrato temporário. E, a julgar pela postura do governo e do patronato, embalados pela avalanche neoliberal, novos ataques serão efetuados – promovendo uma verdadeira barbárie trabalhista.

Radicalidade e amplitude no combate à onda regressiva e destrutiva do capitalismo

Diante desta brutal ofensiva, como se comporta o sindicalismo brasileiro? Por um lado, há setores que aderiram abertamente ao neoliberalismo. O caso mais gritante é o da Força Sindical, que tirou de vez a máscara. Ela foi o estopim na redução da jornada com cortes nos salários e faz charanga pelo contrato temporário. As palavras de Paulo Pereira, vice-presidente da *Farsa*, são elucidativas: “Não importa que percamos temporariamente parte da renda e até benefícios conquistados. Se em troca disso, há a esperança da manutenção de empregos e até da criação de vagas num futuro próximo, o sacrifício vale a pena”.

Por outro lado, a CUT assume uma postura mais aguerrida no combate ao desemprego e à precarização do trabalho. No episódio da Volks, ela não aceitou a chantagem das 10 mil demissões e mobilizou a categoria. Chegou-se a falar em greves e até em ocupações de fábricas. A resistência, entretanto, não conseguiu conter totalmente a fúria patronal. No final, 4.062 operários aderiram ao programa de demissões “voluntárias” e ocorreram outros retrocessos – como a redução do adicional noturno, o adiamento da primeira parcela do 13º, entre outros. Houve luta, o que é louvável; mas não dá para falar em vitórias!

A postura da CUT, que finalmente começa

a sair da apatia, reflete o aumento dos sinais de resistência dos trabalhadores. No ano passado, apesar da queda do número de greves, a temperatura da luta de classes elevou-se – como ficou provado na marcha por emprego e reforma agrária, em abril, e nos protestos contra a privatização da Vale do Rio Doce. O mesmo fenômeno ocorre em escala mundial. O “pensamento único” neoliberal sofreu questionamento na heróica greve da UPS, maior empresa de entregas postais dos EUA, pelo fim do emprego precário (*macjobs*), nas manifestações unitárias contra o desemprego na Europa e nos protestos e greves em vários países. “Quem semeia miséria, colhe a revolta”, dizia uma das faixas na recente passeata por mais empregos em Luxemburgo.

A experiência, mundial e brasileira, indica que novos desafios estão colocados para o movimento sindical frente à política de terra arrasada do neoliberalismo. A luta imediata, por questões econômicas, e isolada por categoria não consegue sequer obter conquistas parciais. Não serve de dique à ofensiva neoliberal. Urge unificar e intensificar as lutas de massas, com base em bandeiras que unam os diferentes setores do mercado formal e informal de trabalho – como a estratégia reivindicatória da redução da jornada. Há a necessidade também de planos de ações mais contundentes – como a marcha contra o desemprego marcada pela CUT e mesmo a proposta da preparação da greve geral.

Além disso, o sindicalismo isoladamente não tem condições de alterar a correlação de forças no país – hoje totalmente adversa para os trabalhadores. É preciso unificar amplos setores contrários ao neoliberalismo para mudar os rumos políticos da nação. Politizar e interferir na grande política são as exigências da atualidade. Nesse sentido, 98 é um ano de potencialidades. A sucessão presidencial, que tende a polarizar a sociedade, pode reservar um papel de destaque para o sindicalismo no cenário nacional. Em resumo: é preciso radicalizar as lutas e ampliar o leque de forças anti-neoliberais. Radicalidade e amplitude – este é o binômio exigido no enfrentamento à fase destrutiva e regressiva do capitalismo.

* Jornalista, integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)



FHC e as mentiras sobre a reforma agrária em 97

João Pedro Stédile *

Um balanço da reforma agrária e da situação da agricultura em 97 indica que, da parte do governo, este foi o ano da mentira, da propaganda e da enrolação. Nada ou quase nada se fez de prático, mas muito tempo e dinheiro na televisão foram gastos mentindo. O campo brasileiro vive a maior crise da sua história. Só o governo não enxerga. Em declarações nas exposições agropecuárias de Ribeirão Preto (SP), Esteio (RS) e em Livramento (RS), FHC disse que a agricultura recuperou o fôlego, que está muito bem e que os agricultores estão ganhando dinheiro. Só que governo confunde os exportadores de café, soja e laranja com todos os médios e pequenos produtores empobrecidos.

Em três anos de governo FHC, 400 mil famílias de pequenos proprietários rurais perderam suas terras e 800 mil assalariados do café, cana, cacau e algodão perderam o

emprego. Três milhões de pessoas emigraram do campo para a cidade. Os agricultores pediram nova securitização da suas dívidas; ou seja, não conseguiram pagar os débitos

renegociados no ano passado – o que indica a gravidade da situação no campo.

No que se refere à reforma agrária, o governo tinha se comprometido a assentar 80 mil famílias em 97. No final de outubro, o ministro Raul Jungmann convocou a imprensa para dizer que já tinham sido assentadas 50 mil famílias. Já o presidente do Inera chamou seus superintendentes a Brasília e exigiu o cumprimento da meta a qualquer custo, ou seja, “façam tudo o que puderem para que na estatística a meta seja alcançada”. No entanto, pelo levantamento feito pelo MST até 30 de novembro, foram assentadas pouco mais de 16 mil famílias em todos os Estados.

Além disso, muitas delas estão assentadas em caráter provisório. Poucas famílias receberam os recursos do governo para construir casas e recursos do Proceca para tocar a produção. Enquanto isso, o presidente do Inera tinha se comprometido a apresentar ao MST um cronograma de assentamento das 47 mil famílias acampadas em todo o país até o dia 1º de agosto. Ele deve ter se confundido com “o 1º de abril”, porque até hoje continuam acampadas, em 270 acampamentos, mais de 50 mil famílias.

No final de 1996, o governo fez uma enorme encenação quando foi aprovada a nova legislação do ITR (Imposto Territorial Rural). Disse que com este imposto seria possível fazer a reforma agrária de forma pacífica e com calma. Afirmou também que o imposto seria o principal mecanismo para forçar os latifundiários a entregarem ao governo suas terras improdutivas. Passou-se um ano e não aconteceu absolutamente nada.

A baixa arrecadação do novo ITR e as propostas demagógicas de Jungmann

Quando ainda vigorava a antiga lei, no início de 96, os funcionários da Receita Federal emitiram as guias do ITR prevendo uma arrecadação no ano de R\$ 1.480 bilhões. Mas, com a “chiadeira” dos latifundiários,

PFL e PTB articularam seus parlamentares – que dão sustentação política ao governo – e conseguiram cancelar estas guias. O governo, então, fez novos cálculos, emitiu novas guias em agosto/96 e, finalmente, arrecadou em todo o país apenas R\$ 172 milhões. Esse valor equivale ao IPTU de um bairro em São Paulo.

Mesmo assim, o ministro Jungmann insistiu que com a nova lei poderiam ser arrecadados mais de um bilhão de reais. Depois de baixar a previsão para R\$ 700 milhões, finalmente em outubro desse ano as novas guias foram emitidas e enviadas aos latifundiários, sem se ter ainda o montante final da arrecadação. A previsão mais otimista é de que serão arrecadados cerca de R\$ 250 milhões. Segundo o governo, esse é o tal imposto punitivo de terras improdutivas – equivale a duas coca-colas por hectare improdutivo no Brasil.

O ministro Raul Jungmann também anunciou em 97 uma nova fórmula que iria “acelerar a reforma agrária” no país. Segundo ele, o Inera faria convênios com os governos estaduais e repassaria o direito das vistorias, processos de desapropriação, cessão de agrônomos, entre outras medidas. Para divulgar essa “idéia”, ele percorreu o país inteiro. Mas nenhum governador aceitou a parceria, nenhum agrônomo dos governos estaduais foi cedido para o Inera e nenhum novo processo de desapropriação foi realizado por convênio.

Os convênios a serem desenvolvidos pelas prefeituras – o chamado projeto Casulo, no qual o Inera transfere recursos aos municípios para a construção de estradas e escolas, instalação de luz elétrica e atendimento médico aos assentamentos – também não vingou. Apenas 160 prefeituras do PSDB aceitaram a proposta. Os outros prefeitos se deram conta de que o Inera só queria era transferir a responsabilidade e não o dinheiro. Além disso, não há nada de novo nesse projeto – já que o Inera sempre pode realizar convênios deste tipo com as prefeituras. O único fato novo foi a propaganda oficial do governo de que desta forma estaria fazendo a reforma agrária.

A redução dos recursos do Proccera e a postura autoritária do governo

O MST exige do governo a correção monetária dos recursos do Proccera. Quando este programa de crédito à produção foi implementado no governo Sarney, o valor por família correspondia a R\$ 17.600. Atualmente, cada uma tem direito a receber apenas R\$ 7.500 para realizar investimentos e tocar toda produção em seu lote. Em 97, FHC chegou a falar que ofereceria o equivalente a R\$ 13.500 por família. O MST aceitou a proposta, mas agora o governo a nega, dizendo que o investimento é impossível.

O orçamento do Inera para 98 aloca apenas R\$ 287 milhões para o Proccera. Mesmo que o valor seja de R\$ 7.500, o programa atenderá apenas 35 mil famílias. Mas o governo não disse que tinha planejado assentar 80 mil famílias esse ano? E como ficarão as outras 45 mil famílias que não receberão tais recursos? Sem contar ainda que existem muitas famílias assentadas anteriormente que, até hoje, não receberam sua quota. Pelos nossos cálculos, seria preciso para 97 um orçamento de, no mínimo, R\$ 700 milhões para o Proccera.

O presidente FHC esforce-se para desempenhar o papel de "democrata". Ele recebe todo mundo, desde que dê Ibope – artistas, presidentes de outros países, o Papa, entre outros. Mas recusa-se a receber os trabalhadores. Aliás, há dois anos que os petroleiros protocolaram um pedido de audiência; mas até hoje o "democrata" recusa-se a recebê-los. Nós, os sem-terra, também entramos na fila dos indesejáveis do presidente da República.

Em julho de 97, o presidente do Inera assegurou ao MST que todos os pontos pendentes relativos às metas, recursos para a

reforma agrária e Proccera seriam definidos em reunião com FHC. Estamos esperando até hoje. Em setembro, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária também pediu audiência ao presidente para que ele esclarecesse as orientações dadas pelo ministro da Justiça para reprimir os sem-terra. Também não recebeu resposta.

Enquanto isso, as tarefas sujas ficam por conta do ministro da Justiça, Iris Rezende (PMDB). No início de setembro, ele convocou todos os secretários estaduais de Segurança Pública e ordenou o despejo das famílias organizadas pelo MST. Essa ordem deixou muitos secretários indignados. "É a volta da ditadura de fato", afirmou o secretário de Segurança de Sergipe, Wellington Manguieira – que foi demitido dias depois pelas famosas "forças ocultas" que há quatro séculos governam o nosso país.

No início de novembro, Iris Rezende foi convocado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal para prestar esclarecimentos sobre suas ordens. Pressionado pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalg (PT/SP) e Marcelo Deda (PT/SE), ele confessou, inclusive, que havia gravado a própria reunião como forma de chantagear os secretários. Ai a pergunta: onde está a fita e por que o ministro não a mostra à imprensa?

Portanto, o balanço da reforma agrária em 97 deixa uma única conclusão: a de que FHC faz um governo de propagandas e mentiras. Por tudo isso, em 1998, o MST continuará lutando com todas as forças para assegurar terra, trabalho, comida, moradia, justiça e cidadania para todos os excluídos. Lutará pela reforma agrária, contra a política neoliberal e pela democracia. Se para garantir esses direitos for necessário ocupar fazendas improdutivas ou prédios públicos, com certeza os trabalhadores rurais sem terra continuarão as mobilizações, desenvolvendo as ações que se fizerem necessárias.

* Integrante da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O significado da eleição nos condutores de S.Paulo

Bernardo Joffily *

A Chapa 3, da oposição unida, venceu as eleições de 5, 6 e 7 de novembro último para a diretoria do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo. A nova direção, já empossada, é composta por militantes das tendências Corrente Sindical Classista, Resgate e O Conductor, com a CSC tendo a maioria dos diretores e o presidente, Gregório Poço. O resultado não foi um acontecimento qualquer. Provavelmente desde a virada para os anos 80 não tenha havido uma mudança de tamanha envergadura no grupo dos pesos-pesadíssimos do mundo sindical brasileiro.

O Sindicato dos Condutores pertence claramente a essa categoria. Seus 29 mil sócios vêm na grande maioria dos 55 mil motoristas, cobradores e trabalhadores da manutenção dos ônibus urbanos da capital paulista. Outros trabalhadores do transporte sobre rodas (táxis, ônibus interurbanos), em parte objeto de disputas de base sindical, somam mais 120 mil no setor. Mas a importância não vem principalmente do número e sim do papel estratégico da categoria, que opera diariamente 10 mil ônibus e transporta 6,3 milhões de passageiros na maior metrópole brasileira (as linhas de metrô transportam 2,7 milhões, as ferrovias, 1,2 milhão).

Toda vez que se fala em greve geral neste país, a primeira e decisiva questão é a adesão dos condutores de São Paulo. A antiga tradição combativa da categoria e do Sindicato é outro fator. Além disso, o nível elevado e crescente de organização na base chama atenção, nestes tempos de crise do sindicat-

lismo. Por tudo isso, a eleição de novembro atraiu o interesse do universo sindical. Seu desenvolvimento, seu resultado e seu significado merecem exame mais atento.

Uma longa caminhada feita de acertos e erros, ligação com a base e muita garra

As raízes da Corrente Sindical Classista nos condutores de São Paulo vêm dos anos 70, em plena ditadura militar. Em 1982, um de seus militantes, Miguel de Carvalho, motorista da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), entra na direção do Sindicato, então em mãos do PCB. Já então, Gregório Poço, empregado na manutenção da CMTC, começa a se projetar como liderança da categoria. O trabalho cresce depressa, sob o impulso do ascenso grevista do período e da maior liberdade existente dentro da grande



empresa estatal, depois que a oposição assumiu a prefeitura de São Paulo, em 1983.

Porém, em seguida acontece uma dessas navalhadas históricas, um erro cujas consequências só seriam superadas muitos anos depois: na eleição sindical de 1985, o núcleo já numeroso dos militantes classistas decide compor com uma tendência ligada ao janismo, atrasada, embora com certa inserção nas garagens. A chapa perde para a situação. A grande lição é dolorosamente aprendida: o trabalho de base dentro da empresa, mesmo quando sério e bem sucedido, precisa ter correspondência na direção sindical e em todas as instâncias de representação de massas.

Vem a eleição para diretor-representante dos trabalhadores junto à CMTC e Gregório se elege, inaugurando uma tradição que continua até a extinção da empresa em 1993. Mas a essa altura, o prefeito é Jânio Quadros, repressivo e autoritário. Em represália à greve de 1987, o Jânio demite toda a militância classista, desde Gregório, apesar do cargo, até o último ativista. Fora do Sindicato e fora da base, o trabalho parecia condenado à morte.

Se não morreu, foi graças à fibra de uma militância que já enxergava muito além dos

limites da luta sindical. Uma nova reviravolta na prefeitura paulistana, com a eleição de Erundina, trouxe a anistia aos demitidos; era o ano de 1989, pico histórico do movimento grevista brasileiro. E a eleição de 1988 levava à direção do Sindicato setores cutistas, com predomínio da CUT pela Base (o presidente, até 1994, era Edvaldo Santiago).

A presença na direção do Sindicato abre uma nova fase no trabalho da CSC

O esforço de reconstrução da CSC concentrou-se no seu grande reduto, a CMTC, tomando garagem por garagem. A lição de 85 foi bem aprendida e a Corrente trabalhou duro para construir e integrar uma chapa única da CUT na eleição de 1991. Esta incluía militantes da CUT pela Base, da Articulação Sindical e seis diretores da CSC, uma presença modesta, mas que abriu uma nova fase na sua vida. O método de escolha foi uma grande convenção da categoria – fórmula que permite certa participação da base, mas também abusos do poder econômico.

A essa altura, Paulo Maluf assume a prefeitura e vibra um sério golpe no sistema de transporte público e na categoria dos condutores: liquida a CMTC. Entrega as linhas, ônibus e garagens aos empresários privados. E, de quebra, destrói o pólo mais organizado e atuante da categoria. O Sindicato lança uma campanha contra a privatização mas termina vencido. A Corrente Sindical Classista é severamente atingida: todo o seu trabalho se concentrava na grande empresa estatal, com perto de 20 mil trabalhadores, operando um terço do transporte coletivo da cidade.

É preciso um enorme esforço para impedir que a militância seja demitida no processo das privatizações. É mais ainda para apreender as características da luta nas novas condições, nas quais o sindicalismo tem mais poder de pressão (pois o alvo é um patrão privado e não uma máquina burocrática centralizada e submetida ao prefeito), mas sofre os efeitos corrosivos de um forte esquema de corrupção e suborno. A difícil transição termina produzindo um fruto inesperado: o trabalho da CSC, antes restrito à estatal, espalha-se pela categoria.

Na eleição de 1994, a unidade cutista se rompe, apesar dos esforços da CSC por uma chapa única formada através de prévias nas garagens. A Corrente alia-se à Articulação (que indica o presidente, Toré), consegue viabilizar o sistema das prévias e amplia sua participação para 14 diretores. Ao longo da gestão estes passam para mais de vinte. A política e a prática classista se afirmam na categoria, seja na defesa das Comissões de Garagens, seja no combate à corrupção sindical.

A luta pela chapa única da CUT escolhida pela base em prévias nas garagens

A eleição de 1997 encontrou uma direção sindical desgastada. A campanha salarial de 1996 redundou num humilhante acordo aumentando a jornada de trabalho, de 6h40

para 7h10. O desgaste cristalizava-se numa grande rejeição ao presidente, Toré. A Articulação dividira-se em duas alas, a do Toré, com apoio do Sindicato dos Bancários de São Paulo, e a de José Carlos da Silva, bancada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Edvaldo, na oposição, pregava o resgate da dignidade da categoria.

Mas era a CSC que aparecia como principal alternativa: ela contava com a liderança e a capacidade de Gregório, mas, acima de tudo, com centenas de militantes na base sindical, nas Comissões de Garagem, nas CIPAS. Essa militância formada em uma concepção sindical classista, estruturada, atuante, intransigente face à corrupção, faria toda a diferença durante a disputa eleitoral.

A Corrente Classista definiu sua linha eleitoral em meados do ano, por aclamação, em um histórico encontro com 611 participantes. Lançou Gregório para presidente, mas defendeu uma chapa de unidade de todos os cutistas, com os diretores, inclusive o presidente, escolhidos em uma prévia nas garagens. Definido o rumo, a CSC partiu para a campanha e para o esforço de convencimento das diversas tendências sindicais presentes na categoria.

Logo ficou claro que a idéia da chapa única via prévias esbarraria em resistências dentro da Articulação Sindical. O problema não se manifestou na Articulação enquanto tendência, mas em um núcleo duro de visão exclusivista, formado pela ala Zé Carlos, entre os condutores, com o apoio estratégico do presidente da CUT/São Paulo, José Feijóo.

Todos os recursos, todas as instâncias e todos os interlocutores foram mobilizados na tentativa de superar o obstáculo. Afinal, uma chapa única em um sindicato de tamanha importância seria um poderoso sinalizador no sentido da unidade cutista, e de todo o campo político-social popular e progressista, tão necessária ao enfrentamento do projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso & Cia. O tema entrou na pauta de sucessivas e exaustivas conversações, passou pela direção nacional da CUT, envolveu o mais alto escalão

da Articulação Sindical. Até Lula opinou.

Muita gente dentro da tendência majoritária da central entendia que não havia como encontrar argumentos políticos para recusar as prévias, nas quais a própria base escalaria o time da sua direção sindical, inclusive o presidente, conferindo a cada tendência um peso proporcional à sua representatividade. A articulação Zé Carlos-Feijóó, porém, mostrou-se irreduzível: ou se acatava a priori que ela teria a cabeça de chapa, ou não haveria acordo.

Esgotadas as negociações, três chapas se inscreveram para a eleição. A articulação Zé Carlos-Feijóó cuidou para não ficar com o número 1, normalmente identificado com o situacionismo, e registrou-se como Chapa 2, com Zé Carlos concorrendo à presidência. Contou com o empenho do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e com um apoio apenas formal, e bastante constrangido, de outros setores da Articulação Sindical. A Chapa 1 foi formada com remanescentes da antiga direita, simpatizante da Força Sindical. Ela foi incentivada e financiada pela articulação Zé Carlos-Feijóó com o objetivo de descaracterizar o confronto situação-oposição.

O grande fato político: ninguém pode com a força da militância consciente

A oposição unida registrou-se como Chapa 3, aglutinando os demais setores cutistas: dentro da categoria, contou com a CSC, o grupo Resgate, de Edvaldo, e O Condutor, de Eurico, tesoureiro do Sindicato na gestão anterior; no âmbito intersindical, teve o apoio das tendências identificadas como esquerda da CUT. A proposta da prévia foi levada adiante, com um resultado que superou as expectativas mais otimistas. Mais de 15 mil trabalhadores compareceram às urnas em todas as 43 garagens com mais de 300 sócios na base, que, pelos critérios da consulta, teriam o direito de escalar um ou mais diretores. Em quase todas o comparecimento superou 50% dos trabalhadores sindicalizados, chegando a ultrapassar

a casa dos 70%. As prévias valeram, na prática, como um primeiro turno para a eleição.

A campanha eleitoral foi das mais intensas que o sindicalismo brasileiro já viveu. Na reta final, os jornaizinhos das chapas chegaram a sair duas, três, quatro vezes por semana. A Chapa 2, com recursos volumosos, optou por um pesado esquema profissional, que lhe permitiu, por exemplo, vencer a batalha do visual: todos os principais corredores de circulação de ônibus ficaram forrados de cartazes com Zé Carlos presidente, para espanto dos transeuntes que não pertenciam à categoria. Porém, a Chapa 3 contou com uma arma de insuperável poder de fogo: a militância consciente nas garagens.

A categoria dos condutores de São Paulo forjou ao longo dos anos uma massa de militantes particularmente numerosa e aguerrida. Afora os 64 diretores do Sindicato, os trabalhadores de cada garagem elegem sua Comissão, garantida no acordo coletivo, com três membros e um suplente, com estabilidade no emprego. As Cipas possuem em média um número duas vezes maior, e a maioria dos cipeiros tem compromisso com a luta. Muitos outros trabalhadores conscientes gravitam em torno do Sindicato. Tudo somado, chega-se perto de um milhão de homens e mulheres que lêem, discutem, engajam-se nas tendências sindicais, participam, puxam as mobilizações em seus locais de trabalho.

Ultimamente essa camada mais ativa sofre pressão redobrada da corrupção e do acomodamento. O problema não é só dos condutores de São Paulo, mas do conjunto do movimento sindical, dos partidos, dos movimentos político-sociais. Nossos tempos de fastígio do neoliberalismo e do pós-modernismo põem em cheque o próprio conceito do velho Arquimedes, de que "o homem é um animal político". Muitos estudiosos do assunto, às vezes com uma ponta de melancolia, profetizam a morte iminente da militância, vencida pelo cada-um-por-si-e-Deus-por-todos capitalista.

A campanha da Chapa 3 merece ser examinada sob este ponto de vista, pois mostrou uma impressionante vitalidade militante.

Várias centenas de trabalhadores se engajaram nela sem nenhum proveito pessoal, movidos unicamente pela convicção de que vale a pena trabalhar de graça, e muitas vezes tirar dinheiro do próprio bolso, por um sindicato melhor, uma sociedade melhor, um mundo melhor. No pico da batalha, a sede da Chapa 3, na mesma quadra do Sindicato, parecia um formigueiro, 24 horas no ar. Se o jornalzinho ficava pronto à meia-noite, lá estava o pessoal esperando, para garantir a distribuição a partir das 3h30 da madrugada (a categoria costuma acordar cedo); na hora do almoço toda a tiragem estava nas mãos da base e à tarde já havia gente cobrando um novo material para o dia seguinte.

A força da militância neutralizou por completo o principal fator de risco do sistema da prévia – a possibilidade da disputa entre os pré-candidatos gerar deserções, traições ou pelo menos um certo corpo mole dos derrotados na consulta às bases. A Chapa 2 contava com isso: assim que saiu o resultado foi a campo, com argumentos \$ub\$stancioso\$, na esperança de cooptar os descontentes. Mas quebrou a cara, com uma única exceção para confirmar a regra. A numerosa tropa da oposição unida não era formada por mercenários, mas por voluntários que sabiam o porquê do combate.

Vale citar o exemplo de Nilson Canobre, o Bozo: diretor de esporte e lazer na gestão 94-97, ele até por imposições dessa tarefa teve menos contato com a sua garagem e terminou perdendo a prévia – por apenas um voto de diferença!... Mas logo em seguida lá estava o Bozo, vestindo a camiseta da Chapa 3, em plena campanha, para o pasmo e o desconcerto do adversário.

Houve também o caso do cobrador Stênio, da Transdaotro, que ganha 440 reais de salário e na época da campanha estava com um filho recém-nascido, cheio de despesas para enfrentar em casa. Zé Carlos foi visitá-lo e fez uma oferta de mil reais de ajuda de custo, mais um carro zero. Stênio perguntou onde estava o carro, Zé Carlos mostrou as chaves, Stênio esticou a mão como se fosse pegá-la... mas na hora H não pegou, deixou a cair a chave e a

oferta. Quem luta por uma convicção não se vende por trinta dinheiros.

O mesmo espírito animou a ajuda solidária de muitos trabalhadores de outros sindicatos, outras cidades, outros Estados, às vezes tão distantes como o Rio Grande do Sul ou a Bahia. Contrariando a visão corporativa e míope, que só enxerga o aqui-e-agora de cada categoria, eles suspenderam seus compromissos cotidianos, pegaram a estrada, dormiram em colchonetes, passaram noites e madrugadas em claro, movidos exclusivamente pela consciência e pela solidariedade.

Ao fim desse esforço concentrado, que foi até a apuração e fiscalização da última urna, a Chapa 3 somou 13.518 votos, contra 7.759 para a Chapa 2 e 452 para a Chapa 1. O amplo comparecimento e a grande diferença garantiram a vitória no primeiro escrutínio e inibiram qualquer contestação do resultado. A nova diretoria tomou posse no dia 12 de dezembro, numa grande festa que reuniu cerca de 4 mil trabalhadores da categoria e representações de um amplo leque de forças políticas.

Este resultado cria uma nova situação para a Corrente Sindical Classista. A nova diretoria é uma composição ampla, que não comporta hegemonias impostas, e tem a missão de praticar um sindicalismo democrático e plural, galvanizando o conjunto da categoria nas lutas que vêm pela frente – em especial a batalha pela recuperação da jornada de 6h40. Mas também é fato que a CSC tem Gregório na presidência e maioria absoluta dos diretores escalados pela prévia.

Com este resultado, a Corrente Classista passa a viver uma nova realidade e uma nova visibilidade, dentro da CUT e do universo sindical brasileiro. Isto implica, antes de mais nada, em enormes desafios e responsabilidades redobradas. Uma coisa é ter determinada proposta e outra, bem diferente, é conseguir aplicá-la com êxito, mais ainda em um ambiente desfavorável aos trabalhadores como o que reina no Brasil e no mundo. Mas a julgar pela amostra da campanha eleitoral, os desafios serão enfrentados, as responsabilidades assumidas e o Sindicato dos Condutores de São Paulo terá um grande papel a cumprir.

* Jornalista, membro da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabóis/SP

A desastrosa última âncora do plano Real

Renildo de Souza *

“O ano de 1997 pode ficar na história como o período em que, com a privatização, a economia brasileira encontrou sua âncora real”. O editorial da *Folha de S.Paulo*, de 6 de janeiro de 97, reflete bem a posição do governo FHC, para quem as privatizações são a última âncora para salvar o plano Real. O dinheiro externo necessário para financiar o déficit no balanço de pagamentos seria atraído por grandes desestatizações nos próximos dois a três anos. Só que os resultados são os mais danosos para a nação e o trabalhadores.

De modo mais amplo, a privatização de empresas estatais é parte integrante das reformas neoliberais, juntamente com a desregulamentação e liberalização comercial e financeira. Ela é componente da idéia única liberal manifestada no programa deflacionista e privatista. O Estado afastado da economia, reduzido às funções mínimas, facilitaria a governabilidade. O setor privado seria expandido e robustecido, incorporando ativos públicos.

No caso do Brasil, o ajuste é relativamente tardio. A estrutura econômica, a Constituição de 88 e o processo político retardaram ou reduziram a velocidade da implementação das reformas neoliberais. A adesão brasileira inscreve-se na histórica dependência nacional e apenas ratifica o papel da burguesia do Brasil como sócio-menor do imperialismo. O ajuste não é apolítico. Ele é implementado em 60 países periféricos, a partir de pressões do EUA, G-7, FMI e Banco Mundial, empresas transnacionais e bancos.

No Terceiro Mundo, num quadro de infla-

ção, estagnação e crise da dívida externa, o ajuste neoliberal surge como expressão do novo colonialismo. Desde o começo dos anos 90, os fluxos financeiros são retomados na América Latina[1]. A estabilização é uma necessidade para que a periferia seja um vulnerável objeto da globalização vigente na esfera financeira internacional.

As privatizações no mundo envolveram US\$ 130 bilhões, entre 88 e 95. A América Latina lidera, com metade dessas privatizações, desestatizando 750 empresas. O Brasil tem o maior programa de privatização do planeta, representando US\$ 80 bilhões. Todos os países do Leste Europeu têm um programa estimado em US\$ 57 bilhões.

Programa de privatização representa uma gigantesca concentração de riquezas

As grandes dimensões do setor produtivo

e econômico estatal brasileiro caracterizam o programa de desestatização como uma gigantesca transferência e centralização de riquezas, conforme denuncia de José Luis Fiori[2]. A "revolução silenciosa" do governo FHC pretenderia uma certa atualização do capitalismo brasileiro, tornando-o liberal, competitivo e integrado internacionalmente. Todavia, o resultado será uma monumental recomposição patrimonial à custa do Estado, debilitamento da autonomia nacional e maior empobrecimento da população.

Cinco ou seis grupos açambarcariam o setor de telecomunicações, em privatizações articuladas pelo PSDB. Um número um pouco maior de grupos tomaria o setor elétrico, mais pulverizado, a partir das privatizações conduzidas pelo PFL. São ótimos negócios, como se depreende do fato de que, por exemplo, o Sistema Telebrás, com suas 27 estatais estaduais de telefonia e a Embratel, teve um lucro acumulado de R\$ 3.590 bilhões de janeiro a outubro de 1997. Assim, reorganiza-se o poder econômico e político no país.

A privatização, dizem, tornaria a economia mais eficiente, favorecendo a competição [3]. Entretanto, as vendas das siderúrgicas, mineradoras e petroquímicas resultaram na substituição de estruturas de monopólios estatais por concentração privada do mercado. A privatização está agravando o problema da monopolização na economia brasileira. Não há pulverização de capital. O capitalismo do povo – uma contradição em termos – segue como fantasia do deputado Roberto Campos. 80% da siderurgia é controlada pelo supercartel da CSN, liderado por Benjamin Steinbrück. Dos 22 mercados onde a Vale do Rio Doce atua, 18 são, agora, monopólios privados, escapando somente os setores de ouro, caulim e transporte marítimo.

Não há suficiente marco regulatório para as áreas de concessões de utilidades públicas. As agências em organização não satisfazem as supostas diretrizes fiscalizadoras do Estado. A eficiência é negada quando registra-se, por exemplo, a elevação das tarifas no mercado cativo das distribuidoras de energia elétrica

antes (preparando a estatal para o leilão, tornando-a ainda mais lucrativa) e depois da privatização, enquanto piora o serviço, como ocorre na Light.

Farra de dinheiro público para ajudar o setor privado nacional e estrangeiro

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estourou seu orçamento e emprestou pelo menos R\$ 15 bilhões em 97 em diversas operações, principalmente em financiamento de privatizações, antecipação de receita para os estados privatizarem suas empresas, crédito para empresas já privatizadas. Esse total de recursos é 60% superior ao volume de financiamento de 1996, o que explica o crescimento das privatizações no ano passado. Muito dinheiro público emprestado a juros baixos, subsidiados. Os compradores não entram com seus próprios recursos.

Os imensos recursos públicos disponibilizados são maiores em 30% ao financiamento do Banco Mundial no exercício de 97. O BNDES emprestou R\$ 4,8 bilhões para estatais, R\$ 3 bilhões para os estados com programas de desestatização e pretende despendê-lo, no mínimo, R\$ 14,3 bilhões em privatizações em 98. A Energipe, por exemplo, foi vendida por R\$ 577,1 milhões, havendo um empréstimo de R\$ 320 milhões do BNDES ao comprador.

Em 1997, a Caixa Econômica Federal emprestou R\$ 3,1 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro, que assumiu as dívidas do Banerj antes da sua privatização. O banco foi entregue, sem concorrência, ao Itaú por R\$ 311 milhões, inclusive com moedas podres. No PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária) mobilizam-se recursos da União para a privatização de bancos estaduais. O Tribunal de Contas da União criticou a ampliação de recursos públicos, acima dos limites orçamentários em 96, nas estatais, sobretudo de telecomunica-

ções, que serão privatizadas. No preço mínimo da Cesp não será considerado o valor de R\$ 5 bilhões da construção (inacabada) da Usina Porto Primavera.

O preço mínimo dos leilões de privatização é definido em estudos e avaliações de instituições de consultoria estrangeiras vinculadas aos próprios compradores das estatais. Ele é claramente rebaixado. Essa subavaliação permite eventuais e falsos ágios nos leilões. O Banco Meridional, na primeira avaliação, em 1996, teve o preço mínimo fixado em R\$ 438 milhões. Mas, no final de 97, o valor foi reduzido para R\$ 210 milhões.

Além disso, a forma de pagamento inclui as moedas podres (desvalorizados títulos de longo prazo tomados pelo valor de face nas privatizações). Por exemplo, a venda do Meridional teve 90% de moedas podres e somente 10% de dinheiro. Principalmente os bancos e outras instituições financeiras desovaram US\$ 8,7 bilhões de moedas podres (títulos da dívida agrária, debêntures da Siderbrás, etc.) no processo de desestatização até meados de 97.

Os juros altos agravam a dívida e comprometem as finanças públicas

Depois da farra do dinheiro público, o governo dá uma volta e diz que o arrecadado na privatização é necessário para abater a dívida pública e responder à crise fiscal. Mas não se cogita dessa falência do Estado quando se empenham fundos públicos para o financiamento das privatizações. Diz que a receita dos leilões deve ser consagrada "obsessivamente" para a redução do endividamento, o que permitiria depois a queda das taxas de juros.

Contudo, qual a origem e evolução dessa monumental dívida pública? A sobrevalorização cambial e o desequilíbrio externo exigiram a implementação da política de juros altos para atrair os capitais externos necessários ao financiamento do balanço de pagamentos. Em contrapartida, os juros altos provocaram absurda aceleração do crescimento

da dívida interna, comprometendo as finanças públicas. O que condiciona a taxa de juros é fundamentalmente a necessidade dos recursos externos. Quando cresciam as reservas internacionais também elevava-se o rombo fiscal.

Assim, na lógica do plano Real, surgem os rombos financeiros, que serão tapados temporariamente pela queima de ativos, através das privatizações. David Zylbersztajn, ex-secretário de Energia de São Paulo e recém-indicado diretor geral da Agência Nacional de Petróleo, mostra que o caminho não é diferente nos estados. Ele afirma que a privatização do setor elétrico paulista arrecadará R\$ 11 bilhões, destinando 90% para pagar a dívida pública. Em suma, os governos estaduais privatizam estatais ora para cobrir rombos de endividamento, ora para obras de conveniência eleitoral.

A verdade é que a receita da privatização não paga sequer os encargos de juros da dívida. Assim, os gastos do Tesouro Nacional com os juros no prazo de 12 meses superaram em US\$ 2,6 bilhões tudo que o governo arrecadou com as desestatizações até agosto de 97[4].

Crise financeira mundial, a partir da Ásia, comprova a vulnerabilidade do Real

A crise financeira internacional do segundo semestre de 97, tendo a Ásia como epicentro, resultou em perda patrimonial de US\$ 2 trilhões. O Brasil, pela sua vulnerabilidade externa e fragilidade do plano Real, foi duramente atingido, perdendo US\$ 10 bilhões de reservas, liderando a queda das bolsas de valores em alguns dias, registrando forte desvalorização dos títulos de sua dívida externa. Com o pacote econômico, o ambiente torna-se mais difícil, a partir da duplicação das taxas de juros, do desemprego e da recessão, deprimindo ainda mais a receita das desestatizações. Entretanto, o governo já declarou que mantém incólume o cronograma de privatização, apesar da certeza de queda da arrecadação dessas vendas.

O déficit em transações correntes atingiu elevados 4,3% do PIB no Brasil. A balança comercial, estima-se, registrará inédito déficit de mais de US\$ 9 bilhões em 1997. Os países do Sudeste Asiático desvalorizaram suas moedas de 20 a 40%, fato que exemplifica os problemas do Brasil em elevar as suas exportações. Aposta-se na recessão para reduzir o desequilíbrio comercial, freando as importações.

Em novembro de 1997, divulgava-se o vencimento de obrigações públicas e privadas de US\$ 3,2 bilhões relativamente à dívida externa até o final do ano. O déficit da balança de serviços, sob os efeitos de elevado pagamento de juros da dívida externa, sofrerá agravamento com a multiplicação, a médio prazo, das remessas de lucros advindas das empresas estatais compradas pelo capital estrangeiro.

As grandes privatizações da telefonia, energia e saneamento básico propiciariam o ingresso de US\$ 30 bilhões de recursos externos*, o que equivaleria a 37% dos US\$ 80 bilhões a serem arrecadados entre 97 e 2000, conforme prognósticos dos economistas do Citibank[5]. Seria um ingresso de capitais superior 13,6 vezes a participação estrangeira desde 91. De outubro de 91, quando da privatização da Usiminas, até maio de 97, essa participação foi de US\$ 2,24 bilhões, ou 13% do total de US\$ 17,278 bilhões de receita arrecadada.

Fernão Bracher, presidente do banco BBA-Creditanstalt, estima que os investimentos nas privatizações responderão pela maior parte do futuro equilíbrio das contas externas. Avalia que as desestatizações mobilizarão US\$ 25 bilhões por ano, em 98, 99 e 2000. Desses recursos, 40% seriam de capitais externos. Contudo, como se sabe, somente em 97, o rombo do balanço de pagamentos foi de US\$ 35 bilhões. Nesse ano, o déficit público nominal é de 5% do PIB.

As privatizações, que têm estoque limitado, aceleram a desnacionalização do país

A perspectiva é de agravamento da crise nas contas externas e no endividamento interno, apesar de futuras e desesperadas deses-

tatizações. Um dia, no prazo de cerca de três anos, acaba o estoque de estatais para privatização, e aí acaba esse suposto trunfo. A Argentina e o México já privatizaram quase tudo e continuam em grandes dificuldades.

O Palácio do Planalto, além da volta do discurso das reformas constitucionais, passou a propagar a falsidade de que o programa de privatizações irá atrair recursos externos para os problemas de curto prazo – financiamento da balança de pagamentos e investimentos produtivos em infra-estrutura. Em meio à crise, como ficou evidente na venda da CPFL, foi preciso o governo mobilizar oito fundos de pensão de estatais e vultosos recursos do BNDES para sustentar a transferência dessa empresa energética ao consórcio VBC (Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa), sem se registrar a participação estrangeira.

A presença de capitais externos nas privatizações, diretamente ou através de testas-de-ferro, como no caso da Vale, significa desnacionalização. Há grande carência de investimentos em energia elétrica, telecomunicações e transportes a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico. Porém, os capitais externos (privados ou estatais) têm função complementar efetivamente e não eliminam a principalidade da poupança doméstica.

A elevação da taxa de investimentos não pode depender dos limitados investimentos estrangeiros diretos. Estes compram ativos já existentes, não ampliam a capacidade produtiva. Nenhum país periférico conseguiu avanço econômico sem contar com um núcleo estatal estratégico na economia. Ao Estado ainda cabe o papel de locomotiva para enfrentar os desafios do desenvolvimento nacional.

NOTAS

- 1- Davis-French, Ricardo. "O 'efeito tequila', suas origens e seu alcance contagioso", in: Davis-French, Ricardo e Griffith-Jones, Stephany (organizadores). *Os fluxos financeiros na América Latina*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1997.
- 2- Fiori, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1997.
- 3- BNDES. *Objetivos do Programa Nacional de Desestatização*. *Gazeta Mercantil*, 21 set. 1997.
- 4- Nicolletta, Costábile. "Privatização pode atrair US\$ 30 bilhões". *O Estado de S.Paulo*, 27 jul. 1997.
- 5- "Venda de estatais deve cobrir déficits". *Folha de S.Paulo*, 19 nov. 1997.

* Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia e ex-integrante da executiva nacional da CUT

O Manifesto do Partido Comunista, publicado pela primeira vez em fevereiro de 1848, é indiscutivelmente o texto que mais influenciou a luta dos trabalhadores na história recente da humanidade. Escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, a pedido da Liga dos Comunistas, embrião da futura Associação Internacional dos Trabalhadores, ele provocou a ira da burguesia e inspirou todos os combates pela superação da exploração capitalista.



Na comemoração de seus 150 anos, a *Debate Sindical* abre suas páginas para a reflexão sobre a importância histórica e a atualidade do *Manifesto*. Nesta edição, solicitamos as opiniões de sindicalistas de diversas correntes cutistas sobre o texto. Infelizmente, os companheiros da Articulação Sindical, tendência hegemônica da CUT, outra vez deixaram de dar sua contribuição. As próximas edições da revista também tratarão do assunto, dada sua importância estratégica para o presente e o futuro da luta dos trabalhadores.

Consciência revolucionária

Sérgio Barroso *

“As proposições teóricas dos comunistas não se assentam de modo nenhum em idéias ou em princípios inventados (...). São tão somente expressões gerais de circunstâncias concretas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenrola diante de nossos olhos”. (Manifesto de Partido Comunista. Ed. Avante! 1984).

1. Se existe algum consenso em torno de uma obra de ficção científica vinda à tona neste século está é sem dúvida o filme de Stanley Kubrick (escrito por Arthur Clark): “2001 – Odisséia no Espaço”. Aos vinte anos de idade, o estupendo clássico, entretanto, deixa por aclarar se o tal monólito é mesmo Deus ou impulso da consciência, da inteligência. Uma conversa parecida com a do começo do século XIX, onde Georg Hegel, o gigante filósofo idealista alemão, sintetizava os estágios da consciência na “*Idéia Absoluta*” – Deus!

Desfeito de qualquer misticismo – aliás, combatendo-os – o *Manifesto* de Marx e Engels completa 150 anos. Com um consenso vastíssimo de sindicalistas, proletários e intelectuais progressistas, como sendo um documento genial. No dizer de Franz Mehring, revolucionário alemão e um dos maiores biógrafos de Marx, quanto mais no futuro a visão do *Manifesto* penetrava, aquele lhes aparecia: a luz que dele brotava era um fenômeno psicológico criado por aqueles homens “que certamente sabem perscrutar o futuro (*Karl Marx – vida e obra*, Franz Mehring, Vol. 1, Ed. Presença/Martins Fontes, 1974).

Já no primeiro prefácio a edição alemã, datado de junho de 1872, Marx e Engels realizaram a crítica das defasagens presentes no *Manifesto*. Com efeito, o texto é de vésperas da Revolução de Fevereiro de 1848, na

França: o prefácio observa “o imenso desenvolvimento da grande indústria” ocorrido 25 anos depois; refere-se ao decorrente processo de organização do partido da classe operária: bem como ainda ter sido o texto anterior à Comuna de Paris. Por tais razões, afirmam Marx e Engels, o programa contido no manifesto estaria “num passo ou noutro, obsoleto”.

Após a morte de Marx, Engels observa destacadamente em outros prefácios (à edição alemã de 1883 e à inglesa de 1888) o que considera o pensamento basilar que percorre o *Manifesto*. Segundo ele, que se considera coparticipe da “proposição fundamental”, a idéia encontra-se na conclusão marxiana de que o proletariado não pode atingir sua emancipação do jugo burguês sem emancipar, de uma vez por todas, toda a sociedade de qualquer exploração e opressão, a partir do nível que alcançara o desenvolvimento da luta de classes.

2. O *Manifesto do Partido Comunista* é um marco no pensamento revolucionário do socialismo científico moderno. Representa uma espécie de síntese político-ideológica dos fundamentos do materialismo histórico. Sucede a elaboração do *Manuscritos econômicos-filosóficos*, 1844, de Marx e Engels, as *Teses sobre Feuerbach*, 1845, de Marx, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*,

também de 1845, de Engels, *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels (1846/47) e *A Miséria da Filosofia*, 1847, de Marx, enquanto obras principais do desenvolvimento de suas teorias.

A divisão do Manifesto em quatro partes segue uma estruturação não só coerente, mas de incidência política prática, de orientação organizativa. Assim, na primeira aparece o grande duelo histórico entre a burguesia e o proletariado, identificado a perdurar sem alternativa, em que o proletariado “não pode abalar-se, não pode erguer-se, sem fazer ir pelos ares a superestrutura completa dos estratos que formam a sociedade oficial”.

A segunda parte trata das bases teóricas fundamentais do comunismo científico moderno. Na sociedade burguesa – dizem Marx e Engels – o trabalho vivo não é mais que um meio para aumentar o trabalho acumulado: já na comunista, “o trabalho acumulado não é mais do que um meio de ampliar, enriquecer, promover a vida dos operários”.

O terceiro capítulo traz a crítica ideológica às variantes principais dos socialismos e comunismos, entre eles os utópicos então existentes; sobre estes, Marx e Engels dizem que sua importância seria inversamente proporcional ao desenvolvimento histórico, no qual à medida em que ganha forma a luta de classe, os utópicos perderiam “este paião fantástico... todo o valor prático, a justificação teórica.

No último capítulo, o *Manifesto* enfrenta o problema da tática política dos comunistas, revelando a questão da unidade contra o absolutismo hegemônico na Europa e na

América do Norte. Ao defenderem a aliança e o entendimento com os partidos democráticos, os comunistas recusavam-se “a esconder os seus pontos de vista e os seus propósitos”: proclamavam a necessidade da liquidação violenta de toda a ordem social até aqui existente.

O *Manifesto* transformou-se num documento universal para a organização independente da classe operária, no mundo inteiro. Revelou-se de fato ser uma chama a iluminar o movimento espontâneo dos trabalhadores. Ele separa a história da organização social e política dos trabalhadores em dois períodos nitidamente distintos. Dota de consciência de classe, de perspectiva revolucionária, as lutas econômicas e sociais dos proletários.

Seu grito de guerra – Proletários de todos os países uni-vos – também serviu de lema para a conclusão do Manifesto de Fundação da Associação Internacional dos trabalhadores (I Internacional), construída no 28 de setembro de 1864, no St Martin’S Hall, em Londres. O mesmo grito de combate que volta a escoar no acaso do século XX. Hoje, sob o ataque virulento do movimento “global” do capital marcadamente financeiro, da doutrina do neoliberalismo.

As comemorações dos 150 anos do *Manifesto Comunista* devem honrar Marx e Engels, gênios e lutadores da causa da libertação da humanidade. E contribuir para reafirmação da justeza de objetivos do sindicalismo classista, indeclinável seguidor das idéias de combate ao capitalismo contidas naquelas luminosas páginas.



* Integrante da executiva nacional da CUT e da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

Conhecer para agir

Sebastião Neto *

Os 150 anos do Manifesto Comunista favorecem a rediscussão desse texto essencial para a humanidade – em particular, para os trabalhadores conscientes. Mesmo aqueles que não pertencem ao campo socialista o reconhecem, pela influência que exerceu, como um dos documentos políticos mais importantes de todos os tempos. O Manifesto era o programa de uma *associação internacional de trabalhadores, a Liga dos Comunistas*.

A idéia foi elaborar um documento, um “programa detalhado, teórico e prático”, para a ação dos trabalhadores conscientes. Do ponto de vista teórico, entre outros elementos orientadores para o que se chama de “socialismo científico”, foram enunciados por Marx e Engels os seguintes pontos básicos:

1) A concepção de que a história da humanidade é a história da luta de classes. A classe que possui os meios de produção tem o poder e usa-o para combater idéias, valores e ações que ameaçam suas propriedades e o poder que exerce; 2) A compreensão do papel do proletariado como a classe que poderá estar à frente de um novo período na história da humanidade, uma época em que os meios de produção não pertencerão à classe que explora a restante; 3) A idéia de que os trabalhadores têm que conquistar o poder político para iniciar a transição ao comunismo, sociedade sem opressão e exploração, sem classes.

Esses elementos, colocados aqui de forma simplificada, constituem o eixo da concepção que viria a se traduzir no movimento comunista internacional, diferenciando-o dos diversos “socialismos” existentes na época. Marx e Engels são os pais do “socialismo científico”. O Manifesto foi publicado praticamente em todas as línguas. Entretanto, como

ênfatazaram seus autores, sua leitura deveria levar em conta que a “aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes”.

Marx, dois anos depois da sua publicação, ao insistir na idéia de que as classes dominantes não entregam pacificamente o poder, advertia os seguidores do movimento comunista de que teriam de passar “por quinze, vinte, talvez cinquenta anos de guerras civis e internacionais”, não somente “para mudar as condições sociais”, mas para mudar os próprios comunistas, torná-los “aptos a assumir o poder político”.

A atualidade do Manifesto e os novos desafios dos trabalhadores conscientes

Nossas colocações, até agora, são provavelmente senso comum entre os socialistas, entre aqueles que não vêem o capitalismo como um regime eterno, que acham possível realizar o sonho socialista, que afirmam a necessidade da revolução. Mas, o entendimento do marxismo como um “guia para a ação” e não como dogma, coloca, de imediato,

alguns temas para reflexão:

a) Que compreensão temos da extraordinária capacidade de expansão técnica e material do capitalismo? Um sistema que, apesar de suas crises, alcançou fases de florescimento econômico, particularmente após a II Guerra, que lhe permitiram enfrentar o nascente bloco socialista e derrotá-lo na competição econômica e técnica.

b) Que avaliação temos da experimentação do "socialismo real"? A revolução russa de 17 foi o sinal da redenção do proletariado. Com o recuo de outras revoluções e o ascenso do nazi-fascismo, a URSS conformaria um regime com alto desenvolvimento econômico e elevação do nível de vida da população, mas desastroso do ponto de vista da participação política popular. O impulso inicial dos conselhos (Soviets) desaparece e, pouco a pouco, o partido se transforma numa imensa máquina burocrática que governa em nome do povo. Quando se desintegra, a URSS pouco tinha a ver com a República Soviética de 17, que apavorou o capitalismo e alimentou os sonhos do proletariado mundial.

O fato da URSS ter desempenhado papel decisivo na derrota do bloco nazista trouxeram-lhe grande autoridade. Esse poderio foi aumentado ao final da II Guerra com a expansão do campo socialista na Europa Oriental e, em seguida, com a revolução chinesa. Esse poder gerou, também, um marxismo oficial que não admitia divergências, produziu uma história oficial ao sabor das conveniências políticas e esterilizou o pensamento socialista. Quando o Império Soviético desmoronou, junto com ele se foram suas verdades oficiais, seu pensamento único, seu marxismo de museu.

A revolução russa constitui um acontecimento fundamental deste século. Entretanto, com todas suas realizações e apesar do crescimento inimaginável do nível de vida dos povos, o "socialismo real" desmoronou. Como explicar isso? Não é obrigação do Manifesto fazê-lo. Mas é nossa responsabilidade, ao nos referenciarmos no marxismo, buscar as

respostas para a grave paralisia ideológica que acometeu os partidários do socialismo.

Como se sabe, mesmo aqueles revolucionários que divergiam do "socialismo real," com a queda do muro de Berlim e a desintegração da URSS, viram-se intimidados pela ofensiva ideológica burguesa. Desenvolveu-se neste campo uma miríade de correntes, posições e teorias adaptativas ao "capitalismo realmente existente", que abandonaram a possibilidade de ruptura e optaram em caminhar "por dentro", em fazer da política a "arte do possível".

No entanto, os conceitos enunciados no Manifesto permanecem válidos até hoje: a) o desenvolvimento capitalista gera, tendencialmente, a acumulação da riqueza em um pólo e da miséria em outro; b) a concorrência leva a uma contínua redução de custos: "os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China, força todas as nações a adotarem o modo burguês de produção"; c) a tendência a um mercado mundial. Atualmente, a chamada globalização é o coroamento dessa tendência.

Ocorre que a humanidade atingiu um estágio em que os bens e serviços produzidos permitiriam, fosse outra a estrutura da sociedade, um bom padrão de vida a todos. No entanto, nos países centrais, a proteção social é reduzida e o desemprego aumenta; já nos países periféricos, explodem a fome, a miséria e as doenças. O capitalismo conseguiu dar um bom padrão de vida para menos de um terço da população. Hoje, com o fracasso das políticas neoliberais e o esgotamento da via social democrata, com a contínua instabilidade dos mercados financeiros e a internacionalização do capital, abrem-se possibilidades fantásticas para a retomada da organização mundial dos trabalhadores e da luta pelo socialismo.

Movimentos como o de Chiapas, no México, e o dos sem-terra no Brasil, a greve dos trabalhadores coreanos e a luta dos franceses por emprego mostram, além do fracasso do capitalismo, a emergência de novas formas de lutas sociais. A necessidade das empresas

produzirem em diversas partes do mundo cria a possibilidade de elaboração de uma estratégia de enfrentamento que identifique os gargalos, os pontos fracos de sua cadeia produtiva mundial. As mesmas condições técnicas e, particularmente, de comunicação que permitem a internacionalização do capital e da produção, possibilitam aos trabalhadores sistematizar sua acumulação de forma ágil, científica e organizada.

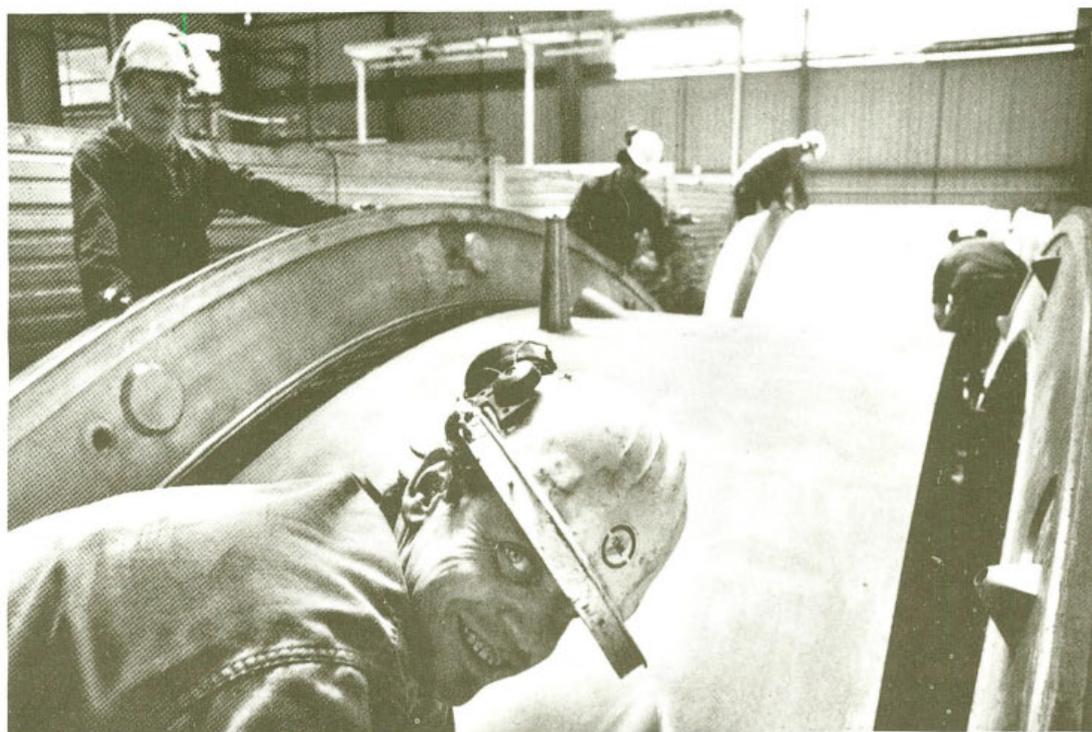
As velhas estruturas políticas e sindicais gestadas no pós-guerra, que praticamente foram todas integradas ao sistema na lógica da conciliação de classes, mostram-se ineficazes diante de uma burguesia internacional "sem pátria", que não quer jogar mais o jogo tradicional da concessão e cooptação. Dentro da barbárie da modernização, essa é uma questão a ser investigada pelos trabalhadores e suas organizações.

* Metalúrgico de São Paulo, integrante da executiva nacional da CUT e da coordenação nacional da Alternativa Sindical Socialista (ASS)

O Brasil é um país de tradição autoritária. Nos 70 anos que decorrem da sua fundação, o Partido Comunista teve pouco tempo de legalização. É um país também sem uma cultura política de esquerda, sem uma tradição ideológica socialista de massas. Além disso, a população é atingida por uma mídia fortíssima, por redes de TV que fazem a cabeça dos trabalhadores. E tudo isso, num momento em que a burguesia consegue se perfilar com o governo eleito com um programa neoliberal.

Nessas circunstâncias, as tarefas dos trabalhadores conscientes, de suas organizações, de seus partidos não são pequenas e exigem mais do que coragem e desprendimento. Exigem muito conhecimento e ação organizada. O ano de 1998, dos 150 anos do Manifesto Comunista, é uma bela oportunidade. Mãos à obra!





SEBASTIAO SALGADO

O “quanto pior, melhor” no mundo do pós-fordismo

Francisco José Soares Teixeira *

A contemporaneidade é marcada por uma consciência de ruptura. Uma consciência que propaga a idéia de que o mundo mudou e o novo, que está nascendo, não trará mais nenhum vestígio do passado. No campo das relações de produção, que é o que aqui interessa mais de perto, essa consciência acredita que a reestruturação da economia está fazendo surgir novas formas de organização e gerenciamento do processo de trabalho, que não lembram mais os princípios de padronização, especialização, sincronização e de centralização, que configuravam e alicerçavam a estruturação do processo produtivo.

No lugar da produção padronizada, surge a produção flexível que requer máquinas mais flexíveis e de finalidades genéricas, operadas por trabalhadores polivalentes e altamente qualificados, com alto grau de responsabilidade e de autonomia. Nasce, assim, o trabalhador detentor de conhecimentos teóricos gerais, que desenvolve raciocínios lógico-

matemáticos e usa a geografia, a história e outras ciências para discutir os problemas da sua empresa. É a morte do trabalhador especializado, que era obrigado a desempenhar uma única atividade por toda sua vida, o que o tornava incapaz de participar de qualquer discurso racional, como já havia denunciado o autor de *A Riqueza das Nações*.

Deixando para trás o mundo problematizado por Adam Smith e instrumentalizado por Taylor e Ford, a consciência de ruptura celebra a nova realidade emergente como uma época em que o trabalhador pode resgatar sua liberdade, pois imagina que ele se tornou senhor de suas ações, o que o faz capaz de impor sua vontade sobre o automatismo do processo de trabalho. Nestas condições, essa consciência acredita que o ritmo de trabalho passa a ser determinado pelo trabalhador, na medida em que suas atividades são, agora, organizadas por equipes que detêm o poder de determinar sua velocidade. Resultado: a cronometragem, elemento extremamente importante no taylorismo/fordismo, torna-se um instrumento técnico-organizacional obsoleto. Consequentemente, não há mais espaço para a função do cronometrista, que tinha como tarefa o monitoramento do tempo de realização das diversas operações, para que as diversas partes do produto pudessem ser sincronizadas e conjugadas no tempo requerido pela produção de cada mercadoria.

Assumindo que tais transformações são parteiras de um mundo completamente diferente do que o foi no passado, essa consciência de ruptura leva adiante sua descrição do presente, para anunciar o nascimento de uma verdadeira revolução nas relações entre gerência e "chão de fábrica". Acredita que essa revolução abre espaço para uma forma de gerenciamento comunicativa, na qual trabalhadores e administradores passam a se reconhecer como parceiros portadores de igual dignidade discursiva, isto é, de igual capacidade de tomar posição sobre a organização do processo produtivo.

Quanto mais avança em sua investigação, mais a consciência de ruptura se convence de que o mundo entra numa nova era, pois vê o novo trabalhador não mais como um mero vigia do processo de trabalho, um apêndice da máquina. Agora, ele se tornou um controlador do processo de trabalho, na medida em que usa seus conhecimentos teóricos para programar o sistema de máquinas e pô-lo em movimento. Nestas condições, são requeridas

formas mais flexíveis de administração da produção, que passam a substituir o controle taylorista-fordista, de natureza despótica, por um controle disciplinar autogestado.

Regozijando-se com a descrição do novo mundo emergente, a consciência de ruptura descobre que as taxas de sindicalização estão em queda livre. Acredita que isto se deve ao surgimento de um novo tipo de trabalhador que, por conta de sua condição de "trabalhador do conhecimento", não mais precisa da interferência de sindicatos e/ou partidos políticos para representar seus interesses junto à empresa em que trabalha. Ele agora é um cidadão consciente de seus direitos e obrigações e, por isso, pode dispensar a mediação de instituições que outrora decidiam por ele o que hoje aprendeu a fazer melhor do que ninguém.

A apologia de um mundo de harmonia, sem greves e nem excesso de trabalhadores

Na consciência de muitas pessoas, esse mundo de harmonia já é uma realidade ou, pelo menos, está em processo acelerado de efetivação. Ainda na década de 80, ele era antecipado nas campanhas de propaganda de muitas empresas. Em 1986, quando a Nissan lançou seu primeiro carro na Inglaterra, a mensagem de sua campanha publicitária vendia a idéia de uma fábrica onde não houvesse mais greves nem excesso de trabalhadores. Imaginava ver um mundo onde a *staff* administrativa vestisse as mesmas roupas que os trabalhadores da linha de montagem. Um mundo onde trabalhadores e gerentes pudessem reunir-se todos os dias para discutir como eles poderiam fazer melhor seu trabalho. Onde não se trabalhasse unicamente por dinheiro, mas, sim, por prazer e orgulho. Neste mundo, seria possível produzir carros tão bons que poderiam contar com uma autonomia de 100.000 milhas ou três anos de garantia.

Mais de dez anos se passaram desde que

a Nissan instrumentalizou a canção de John Lennon, "Imagine", para divulgar a imagem de uma nova era, que ela queria ver realizada nas suas fábricas espalhadas pelo mundo ocidental. Sonho ou realidade? Com a resposta a IBM, para quem a computação tornou possível o que postulava a Nissan: um mundo globalizado, sem fronteiras e conflitos entre os diferentes países. Quem não se lembra de sua propaganda de um mundo unificado, através da informática, que começa com um senhor vestindo roupas africanas, falando em sua língua, com legendas em português? Em seguida, vem uma menina falando francês, para saudar o aparecimento de um mundo cada vez menor, porque integrado pela Internet. A última cena apresenta várias pessoas de diferentes nacionalidades celebrando a unificação do mundo através dos monitores de seus computadores.

Se fosse perguntado à consciência de ruptura o que explica todas essas transformações, sua resposta, certamente, seria muito simples: a razão se impôs e ensinou os indivíduos a fazer do universal sua coisa particular. Como que guiados por uma "mão providencial", diria, os indivíduos descobriram que por trás de seus embates, paixões e inclinações, se inscreve uma vontade impessoal que, necessariamente, os guiará, como de fato estaria fazendo, para um mundo governado pela razão, no qual o interesse particular finalmente coexistiria harmonicamente com o interesse universal. Essa consciência sabe que a história da humanidade não é feita por viajantes errantes que, se degladiando inutilmente entre si, sacrificaram-se por algo vão. Ela aprendeu com Hegel que a história da humanidade não é assim. Do embate entre os interesses particulares, deve surgir o universal que, durante a longa jornada dos homens para construir um mundo livre, não se deixou cair ou se perder na "noite dos tempos".

Quer dizer, então, que todas essas transformações são produto de uma razão alheia à vontade consciente das classes e grupos sociais, que se encarregou de conduzir

a sociedade para o mundo prometido? Se esta questão fosse dirigida à consciência de ruptura, com certeza sua resposta seria afirmativa, pois ela não tem interesse em revelar as mediações histórico-sociais desse processo de mudanças. Nisto reside seu cinismo, pois sabe-se que o mundo novo emergente, que ela descreve com tanto orgulho, não é uma obra do acaso, de uma providência divina, que escreveu na história os imperativos da razão. Ao contrário do que ela afirma, como se fosse mera espectadora do que descreve, a consciência de ruptura teve participação ativa na construção do mundo novo por ela anunciada. Realmente, na década de 80, em vários países do mundo ocidental, ela aparece atribuindo a si a missão de ensinar as economias como superar a crise em que mergulhou o capitalismo, com a derrocada do que se convencionou chamar de modelo fordista de acumulação.

O projeto de reestruturação das empresas para enfrentar a concorrência japonesa

Vê-se que a consciência de ruptura tem corpo e alma. Ela tem interesses bem definidos, que tomam a forma de um projeto, conscientemente arquitetado no outono de 1984. Naquele ano, um grupo de pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT) descobre que o mundo ocidental precisava reestruturar radicalmente seus processos de trabalho para enfrentar a concorrência, principalmente da indústria automobilística japonesa. Defendia-se a idéia que o melhor que a indústria automobilística europeia e norte-americana deveriam fazer era aprender com os japoneses seus métodos e técnicas de produção. Mas, como fazer isso? A solução apareceu durante a realização de uma conferência, numa tarde daquele ano, quando um executivo, que assistia com muito interesse o que dizia um dos pesquisadores daquele instituto, aproximou-se da mesa para sugerir que ele e seus companheiros de traba-

lho deveriam pedir a ajuda do governo e dos empresários para formar um fundo para financiar suas pesquisas.

A idéia é concretizada no início de 1985, quando é então criado o Center for Technology, Policy and Industrial Development, que deveria reunir especialistas de todo o mundo para elaborar um grande trabalho de pesquisa, cujos resultados deveriam mostrar o melhor caminho para reestruturar o processo de decisão estratégica da indústria automobilística. É criado, assim, um espaço institucional para desenvolver o International Motor Vehicle Program (IMPVI), no MIT, que contava com recursos materiais e humanos de diversas áreas: indústria, governo e universidade.

Para desenvolver seus trabalhos de pesquisa, o IMPV contou com recursos da ordem de US\$ 5 milhões de dólares, depositados numa conta única, para que as equipes pudessem desenvolver seus trabalhos, livres da influência do governo e ou das empresas. Na medida em que avançava o trabalho de pesquisa, eram organizados encontros anuais, nos quais se repassavam, em detalhes, os resultados da pesquisa realizada no ano anterior. Tais encontros aconteceram com total privacidade, certamente para que os representantes da indústria automobilística pudessem discutir as novas estratégias de tomada de decisão sem a presença incômoda dos sindicatos e/ou partidos políticos.

Os trabalhos do IMPV consumiram cinco anos de pesquisa e seminários para convencerem as companhias, governo e sindicatos da importância da produção enxuta, que abriria uma nova era na forma de organização da produção. Os novos métodos e técnicas de produção deveriam aumentar substancialmente a produtividade, único caminho para enfrentar a concorrência japonesa. Além disso, as relações entre gerência e chão de fábrica deveriam mudar substancialmente. Esperava-se que os novos trabalhadores pudessem sentir-se mais satisfeitos com seu trabalho, na medida em que suas tarefas passariam a ser desenvolvidas em equipes formadas por

pessoas com altos níveis de qualificação, que poderiam aplicar criativamente seus conhecimentos, em lugar de receber ordens de uma hierarquia rígida, que prescrevia "a priori" o que cada trabalhador deveria fazer.

Aumento da produtividade e redução dos salários nas indústrias norte-americanas

Não se pode estabelecer uma ponte direta entre os trabalhos de pesquisa do MIT e a realidade empírica vivida pelas indústrias automobilísticas na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, uma coisa parece certa: no caso deste último país, tudo indica que as lições dos pesquisadores do MIT calaram forte na contabilidade das montadoras norte-americanas. Analisando as estatísticas de produtividade da economia americana, J. Church observa uma acentuada queda na participação dos salários, por unidade de produção. De acordo com os dados trabalhados por ele, para cada US\$ 100,00 produzidos, os custos de salário correspondem, hoje, somente a US\$ 42,00. Esta participação dos salários nos custos de produção colocou a economia americana numa posição mais competitiva do que a Toyota.

Essa é uma das razões por que a importação americana de carros caiu de 22%, em 1991, para 14%, em 1994, diz Church. Indo um pouco mais longe, ele exhibe as estatísticas de recuperação dos lucros das empresas norte-americanas. Dentre elas, ele cita o caso da GM, que saiu de uma situação deficitária, em 1991, para uma posição superavitária. Para se ter uma idéia mais precisa, os números são estes: em 1991, a GM suportava uma perda de US\$ 4,9 bilhões; em 1993, seu lucro alcançava a casa dos US\$ 2,5 bilhões e de US\$ 2,8 bilhões no primeiro semestre deste ano.

Church mostra que o desempenho positivo da economia americana deve-se, em grande parte, a utilização de novas formas de admi-

nistração e gerenciamento da força de trabalho. De maneira direta, ele está falando do “downsizing”, que consiste numa nova técnica de gerenciamento dos negócios com vistas a preparar as empresas para o futuro. Na realidade, trata-se de um processo de enxugamento nos custos das empresas, que vai desde a reformulação do seu *layout* até a redução e eliminação de postos de trabalho. Tudo é feito em nome da economia de salários e de outros custos.

Tais resultados alcançados pela economia norte-americana parecem testemunhar em favor dos pesquisadores do MIT, que acreditavam que os fundamentos da produção enxuta são universais. Noutras palavras, estavam convencidos de que os princípios da produção enxuta se aplicam a todas as indústrias de todo o mundo. E mais: apostavam que a adoção da produção enxuta exerceria profundos efeitos sobre a humanidade – na verdade, ela iria transformar o mundo.

Mas eles não foram os únicos a defender que os métodos e técnicas japoneses poderiam ser copiados por qualquer economia. Um dos teóricos da Escola da Regulação, Benjamin Coriat, escreveu um livro, “**Pensar pelo Avesso**”, para defender a tese de que o modelo japonês de trabalho e organização é transferível para espaços sociológicos outros que não aqueles nos quais e para os quais foi concebido. A realidade trabalha em favor de sua tese. Na década de 80, assiste-se a um movimento mundial de imitação das técnicas japonesas, causado pela internacionalização da economia, que passou a exigir novas formas de concorrência, fundadas na diferenciação e qualidade dos produtos.

Assim, como os pesquisadores do MIT, Coriat advoga que as empresas ocidentais têm muito o que aprender com o modelo japonês. Só assim poderão enfrentar a própria concorrência nipônica. Mas esta lição, adverte Coriat, não se resume unicamente a copiar as técnicas de gestão de produção da *Terra do Sol Nascente*, pois elas estão mergulhadas num compromisso social que exige uma total reestruturação dos sindicatos, que terão que

esquecer e abandonar suas antigas regras de negociação, nas quais os conflitos entre capital e trabalho eram decididos por meio de greves. No lugar do conflito, as técnicas japonesas de gestão exigem regras “pactuadas” de negociação, em que as partes contratantes devem se reconhecer reciprocamente como parceiros de um projeto comum de sociedade.

Modelo japonês foi imposto a partir da destruição do sindicalismo combativo

Um exame mais cuidadoso dessa forma de negociação revelará que essas regras estão, na verdade, fundadas numa intersubjetividade assimétrica, porque impostas. Realmente, a construção e o “reconhecimento da alteridade” dos contratantes (capitalistas e trabalhadores) foram mediados por um processo de destruição do movimento sindical, que exigiu a demissão em massa de milhares de trabalhadores, sem contar com os que perderam suas vidas e/ou com os que tiveram suas vidas confinadas nas prisões do sistema carcerário japonês. O exemplo mais eloqüente dessa violência é a Toyota, que serve de paradigma do modelo nipônico copiado pelo Ocidente. Nesta empresa, o poder sindical foi violentamente destruído e em seu lugar nasceu um tipo de sindicalismo que tem como principal função servir de veículo da gerência para transmitir seus interesses junto aos trabalhadores.

A história não deixa nenhuma dúvida quanto a isto. As empresas japonesas tiveram que destruir o sindicalismo combativo, sua independência, para dar lugar a uma forma de sindicalismo interno à empresa, através do qual ela impõe as novas regras e procedimentos que devem orientar as relações entre gerência e chão de fábrica.

Mas, não se deve lamentar o que passou. Este é o conselho que a consciência de ruptura daria àqueles que insistem em lembrar o passado. Diria mais: por que se importar com a destruição das organizações da classe trabalhadora nipônica, se isto era necessário para

que a razão pudesse despertar na consciência dos trabalhadores a necessidade da mudança? E não teria nenhum receio em acrescentar, sempre com a arrogância de ares filosóficos, que é assim mesmo que o mundo caminha para sua humanização e que, para tanto, todos os sacrifícios que foram oferecidos no imenso altar da terra, o foram porque são necessários para a realização de um mundo mais humano, mais igual e socialmente justo.

Coriat é um representante dessa consciência. E o é porque varre para baixo do tapete da história o processo violento de destruição do sindicalismo japonês, para ressaltar o que aí julga positivo: um conjunto de recompensas econômicas dadas aos trabalhadores em troca de seu silêncio, de sua submissão incondicional aos interesses da empresa. Por isso, sabe que a transferência do modelo japonês de gestão para o Ocidente exige, igualmente, a destruição do movimento sindical combativo e sua transformação numa espécie de sindicalismo de empresa.

Isso não representa nenhuma novidade para os teóricos da Escola da Regulação, que sabem muito bem que a crise do modelo taylorista-fordista exige uma profunda reestruturação do processo de trabalho, que demanda novas formas de relações entre capital e trabalho. Uma análise das contradições internas da relação salarial fordista revela que a causa fundamental de sua crise reside no esgotamento da forma social de dominação de classe, que prevaleceu desde a segunda guerra mundial até início dos anos 70. Isto significa dizer que a superação da crise exige o estabelecimento de novas formas de dominação, nas quais se restabeleça a autoridade do capital sobre o trabalho.

Crise do padrão acumulação fordista é demonstrada pela Escola de Regulação

Neste particular, a pesquisa de Aglieta, outro importante representante dessa Escola, que lança seu livro em 1976, mostra a ne-

cessidade de reestruturar a economia capitalista por conta da crise do padrão de acumulação fordista. Uma relação que ele descreve como marcada por contradições que se agudizaram em decorrência da intensificação e generalização dos conflitos sociais.

Para Aglieta, a explosão das contradições, inerentes à forma fordista de regulação, acontece, primeiramente, devido à estruturação do processo produtivo que organizava os postos de trabalho numa seqüência linear, um após outro, de sorte que a atividade de cada trabalhador só começava quando a do trabalhador do posto anterior era concluída. Por conta disto, criava-se um grande desequilíbrio na cadeia de produção que se ampliava na medida em que, por qualquer razão, um dos ocupantes dos diferentes postos de trabalho atrasava sua tarefa. Resultado: a falta de sincronização temporal entre as diversas tarefas tinha como conseqüência interrupções no processo produtivo, cuja soma dos tempos parados correspondia ao tempo de espera dos trabalhadores, provocando queda no ritmo de produção e na taxa de produtividade das empresas.

Somado a isso, Aglieta destaca que as empresas se deparavam com uma crescente apatia dos trabalhadores, que se traduzia na falta de motivação para o trabalho. Realmente, para que se preocupar com sua produtividade individual, se o sindicato decidia por eles o nível de seu salário? Nessas condições, o capital não podia incrementar o individualismo dentro das empresas, como forma para induzir os trabalhadores a dar tudo de si e, assim, fazer vê-los que seus salários dependem de seu esforço individual.

Além de tudo isso, para Aglieta, o modelo taylorista-fordista encerrava uma contradição de fundo: a presença avassaladora do Estado na economia, que absorvia uma parcela crescente do trabalho social da economia para a produção de bens coletivos, que não contribuem para o crescimento da mais-valia. Essa intervenção estatal produzia uma elevação nos custos de reprodução da força de trabalho, cuja conseqüência foi uma in-

flação de salários.

Para superar a crise da relação salarial fordista, Aglieta desenha os contornos de uma nova forma de regulação, que deveria, na sua opinião, demandar mudanças radicais nos métodos técnico-organizacionais do processo de trabalho, até então de natureza fundamentalmente empírica. Em primeiro lugar, o processo produtivo teria que ser organizado com base num sistema de informação computadorizado, que corrigisse os desequilíbrios da cadeia de produção, causados pela falta de sincronização entre as diversas etapas da produção. Noutras palavras, os tempos mortos de trabalho, que correspondiam ao tempo de espera entre um posto e outro de trabalho, deveriam ser eliminados. Em segundo lugar, a hierarquia organizacional do processo de trabalho deveria ser drasticamente reduzida para que a comunicação entre gerência e chão de fábrica fluísse mais rapidamente. Em terceiro lugar, seria preciso isolar e eliminar os conflitos na esfera da produção, através da criação de uma nova forma de sindicalismo mais cooperativo, tal como o é o sindicalismo toyotista. Finalmente, seria necessário transformar a massa de trabalho improdutivo, alocado pelo Estado para a produção de bens coletivos, em trabalho produtor de mais-valia. Vale dizer: reduzir o tamanho do Estado.

Agora tudo se torna mais claro. O que Aglieta antecipava especulativamente, em 1976, para superar a crise da relação salarial fordista, é o mesmo que os pesquisadores do MIT e Coriat vão propor a partir de meados da década de 80. Com a diferença que, agora, o que importa não é mais investigar a crise de um padrão de acumulação, suas contradições internas, como fizera Aglieta, e, sim, analisar as possibilidades de transferência de um modelo de gestão que surge como portador de uma nova era promissora para o mundo. No lugar de uma análise científica da crise do capitalismo, o que está em jogo é a discussão de um *programa de ação* para salvar o mundo do atraso em que se encontra com relação à economia japonesa.

Capital busca quebrar a resistência do trabalhador através do seu envolvimento

A crise não é mais vista como resultado das contradições inerentes à forma mercadoria, mas sim como produto de uma inadequabilidade entre os métodos e técnicas de organização do trabalho e as novas exigências de gestão requeridas por um capitalismo internacionalizado. A receita para corrigir tal disfuncionalidade é muito simples: o modelo japonês de gestão ensina que uma economia competitiva é aquela que consegue eliminar todo e qualquer "excesso" de pessoal, para que a gerência possa contabilizar unicamente o trabalho que contribui diretamente para criar valor.

Mas isto não se faz sem que os trabalhadores decidam abrir mão de uma vida marcada pelo desperdício de recursos, pela apatia, inércia e comodismo. É quando, então, os representantes da consciência de ruptura tornam-se mercadores da idéia de que o trabalhador precisa abandonar seus antigos valores, segundo os quais acreditava que (1) seu salário é pago por seu chefe; (2) que ele é uma mera peça de uma engrenagem maior, e que, por isso, (3) sua melhor estratégia é a de não fazer nada sem que o mandem fazer. Este trabalhador, agora, precisa convencer-se de que (1) seu salário é pago por seus clientes; (2) que toda e qualquer tarefa é importante; portanto, (3) nada de empurrar os problemas para os outros; pois (4) pertence a uma equipe, o que faz com que seu sucesso ou fracasso dependam de todos; (5) que deverão conscientizar-se de que ninguém sabe o que acontecerá amanhã, o que exige uma constante e permanente aprendizagem para acompanhar as mudanças inesperadas e abruptas do mercado.

Entretanto, como essa mudança de valores não acontece espontaneamente, é preciso atacar suas causas que, segundo entendem os representantes da consciência de ruptura (aqui personificada nos pesquisadores do MIT e em

Coriat), têm suas raízes nas relações capital-trabalho. Para isto, o capital busca ganhar a confiança dos trabalhadores, o que só consegue destruindo os sindicatos combativos – isto é, de classe – e transformando-os em agentes interlocutores de seus interesses. Foi assim mesmo que aconteceu no Japão. Viu-se que aí foi preciso quebrar a resistência da classe trabalhadora para dar lugar ao que Coriat chama de *envolvimento estimulado*: em troca do compromisso dos operários com a produtividade e a qualidade, a empresa se compromete a dar-lhes uma série de vantagens financeiras: estabilidade no emprego, escalonamento do salário por tempo de serviço, entre outras coisas. O silêncio e a cooperação da classe trabalhadora têm preço: quebre-se sua resistência e, então, pode-se pagar por eles.

As coisas não são diferentes no lado ocidental. A imitação do modelo de gestão japonês está exigindo, igualmente, a destruição do movimento sindical e uma brutal reconversão das instituições do Estado do Bem-Estar Social (EBE), para abrir espaço para a produção privada. Não é por menos que a introdução da produção enxuta na Europa só foi possível com a quebra do poder sindical e com a destruição do EBE. Não é por acaso que o contrato coletivo de trabalho encontra-se hoje sob cerrado ataque. Até mesmo na Alemanha, onde esta forma de negociação foi melhor desenvolvida, o contrato coletivo de trabalho está sob fogo cruzado. Isto porque este tipo de contrato é uma verdadeira camisa-de-força para a produção enxuta, que exige formas de negociação descentralizadas e individualizadas. Noutras palavras, um sindicalismo de empresa.

É assim que o capital tem conseguido ganhar a confiança da classe trabalhadora para transformar o processo de trabalho, de modo a adequar sua gestão as novas exigências de

um capitalismo que se considera globalizado. Até mesmo onde essa transformação foi procedida por uma negociação, com regras pactuadas e definidas em lei, isto só foi possível porque era a única opção que restava ao movimento sindical: ou o acordo para reestruturar o processo produtivo, ou correr o risco de perder o emprego. Nesta situação, uma das partes contratantes (a classe trabalhadora) entra na negociação em condições de desvantagens. Coisa, aliás, que Adam Smith, em 1776, sabia, quando dizia que, na determinação dos salários, os trabalhadores sempre estão em situação desfavorável, pois embora o trabalhador e o capitalista dependam um do outro, esta dependência não é tão imediata. O capitalista pode suportar um período de crise econômica por muito mais tempo do que o trabalhador, que precisa vender diariamente sua força de trabalho para poder sobreviver. O que não acontece com o capitalista, que pode contar com seu patrimônio pessoal.

Sendo assim, a democracia, entendida como a construção de regras e de princípios fundadas no reconhecimento de igual condição das partes para decidir o que é acordado entre elas, se realiza de forma travada. Os parceiros do diálogo não desfrutam de iguais condições de argumentação. Um sempre leva vantagem com relação a outro. Do lado da classe trabalhadora, sua desvantagem é tanto maior quanto mais crítico é o momento econômico. Neste sentido, um processo de envolvimento negociado, para mudar as regras de gestão da produção, não passa de um postulado moral. Tomar o presente na sua imediatidade, sem buscar suas conexões internas, que lhe dão sentido, é cair prisioneiro da práxis fetichizadora, que é própria da cotidianidade, que não vai a lêm do tráfico e da manipulação ideológica dos fenômenos do dia-a-dia.

* Professor de economia da Universidade Estadual do Ceará e autor de diversos livros, entre eles *Pensando com Marx*, Editora Ensaio

Os operários de São Paulo no início deste século (II)

Paula Beiguelman *

Na comemoração dos 80 anos da greve geral de 1917, a historiadora Paula Beiguelman relatou os fatos marcantes desse heróico movimento. Já na edição passada, ela apresentou os antecedentes econômicos, sociais e políticos dessa paralisação, completados agora com a segunda parte do seu artigo. A trajetória do jovem proletariado de São Paulo no início deste século confirma a sua combatividade e a postura reacionária das elites dominantes.

As organizações operárias no início do século procuravam defender seu movimento associativo constantemente ameaçado de maneiras diversas: os recintos em que se efetuavam reuniões preparatórias dos movimentos reivindicativos eram invadidos; além disso, os operários "acusados" de pertencerem a entidades de classe estavam sujeitos a serem despedidos do emprego, principalmente se trabalhassem em empresas de serviços considerados básicos.

Uma tentativa de greve com tal cunho manifestou-se na Light, em novembro de 1910, quando da dispensa de dois antigos empregados nos bondes, um motorneiro e um condutor. A busca de diálogo com a superintendência da empresa fracassara, não deixando outra opção. Através de boletins, a União Defensora dos Empregados da Light convidava os colegas a abandonar o serviço, informando que a demissão dos dois funcionários tivera como motivo o fato de serem eles diretores dessa entidade.

Por meio da repressão e da ocupação

militar do depósito de bondes, o movimento é sufocado. Os advogados dos grevistas, João Dente e Mário Dente impetraram imediatamente ordem de habeas-corpus em favor de diversos motorneiros da Light, presos como principais líderes do movimento paredista.

Em meados de julho de 1911 já se anunciava uma grande greve de pedreiros e categorias afins de São Paulo. A conjuntura parecia favorável, dada a febre de construções e a grande procura de braços. Os pedreiros pretendiam reivindicar 25% de aumento sobre os salários e pagamento semanal. Não tardava e em reunião da Liga dos Pedreiros era decidido entrar em greve no dia 1º de agosto, para repor a defasagem salarial decorrente do elevado preço dos gêneros alimentícios e dos altos aluguéis.

La Battaglia se congratulava com os grevistas. De fato, no dia aprazado, pedreiros, ajudantes e afins abandonaram o trabalho. "Não se notou um só caso de traição. O trabalho foi suspenso no centro da cidade, nos bairros populosos do Cambuci, Bom Retiro,

Brás, Belenzinho e na Barra Funda e Higienópolis”. O movimento se alastrava para cidades do interior e mobilizava novas categorias. Em um artigo intitulado “Viva a greve geral”, *La Battaglia* concitava: “E as outras classes? por que não aderem?”

Em resposta, o patronato aciona a repressão até sufocar a luta. Num comício no cinema do Largo São Paulo são efetuadas, de uma única vez, 40 prisões, relaxadas em seguida. *La Battaglia* explicava: “A polícia só quer os odiados redatores de *La Battaglia* e da *Lanterna*, apontados como promotores e fomentadores do atual movimento”.

Inflação alta e salários arrochados eram marcas econômicas do período

Neste período, as empresas urbanas se viam abastecidas de uma força de trabalho de baixo preço e operavam numa conjuntura geral inflacionária determinada por razões diversas, entre as quais o sistema de financiamento pelo qual se procurava resolver a crise intrínseca que envolvia o principal produto de exportação, o café.

A indústria, desenvolvida nos interstícios do sistema, vinculava-se ao setor agrário. Assim, os interesses fiscais do Estado eram ressaltados por uma tarifa aduaneira que simultaneamente protegia a produção nacional de uma perigosa competição – muito embora as elevadas taxas sobre os gêneros de primeira necessidade adotadas a partir de 1905, contribuindo para a alta do custo de vida, criassem algumas dificuldades para o setor. Além disso, a manutenção do câmbio baixo, requerida pela cafeicultura, era extremamente benéfica para a indústria, interessada no protecionismo indireto, decorrente da dificuldade de importar.

O antagonismo partia do comércio importador que, desejoso de especular sobre as potencialidades do mercado, proclamava uma aliança com o consumidor, afetando defendê-lo das pretensões oligopolistas da in-

dústria. Esta, por sua vez, retrucava que a diminuição das taxas de importação sobre os artigos com similares nacionais, ao invés de beneficiar o consumidor, simplesmente reverteria em favor dos importadores, tornados praticamente donos absolutos do mercado, após descartar o produtor nacional.

De qualquer maneira, por todos os fatores acima expostos, o aumento contínuo do custo de vida era inerente ao sistema e constituía uma forma de poupança e capitalização por parte daqueles que se podiam ressarcir sobre os outros (os consumidores) – enquanto o preço da força de trabalho (salário) via-se premido sempre para baixo. No tempo de demora até um reajuste, já tardio, após clamorosas reivindicações operárias ante uma situação intolerável, o capitalista obtinha um lucro suplementar, numa conjuntura global que o induzia, inclusive, a investir em equipamentos mais modernos e poupadores de mão-de-obra, isto é, geradores de novos efeitos depressivos sobre o mercado de trabalho.

Leis editadas por temor à inquietação popular e à retração da imigração

Nesse quadro de permanente inquietação popular, o aparato repressivo zelava para que a agitação não transcendesse limites “admissíveis”. Assim, era fundamentalmente garantido o funcionamento dos setores portuário, ferroviário e de transporte de massa em geral, cuja paralisação redundaria no estrangulamento econômico – setores esses que, justamente por sua situação estratégica, mais animavam os operários a promoverem lutas reivindicatórias.

Em essência, o sistema cogitava primordialmente de se prover de braços para a lavoura; o serviço urbano significaria, antes de mais nada, uma alternativa proporcionada aos que, depois de certo período, a abandonassem, fugindo das precárias condições de trabalho. A perspectiva do direito de reivindicação através da greve constituía um fator ponde-

rável no traçado dessa opção oferecida às massas que se dispusessem a servir inicialmente à lavoura. É por isso que o sistema provia à repressão, mas não eliminava o surto reivindicatório na raiz – aparentemente permitindo que o operariado tentasse defender-se da pressão inflacionária sobre o custo de vida, cobrando-a do lucro do setor urbano.

Quanto à indústria, beneficiada pela combinação dos mecanismos cambiais e do contexto inflacionário, nem a carência de braços com que se defronta no processo de expansão a obriga a elevar o nível infimo de remuneração. As principais indústrias, como a têxtil, dada a simplicidade de grande parte de suas operações, têm à sua disposição um manancial de trabalho feminino e infantil, acintosamente explorado. Este faz pressão sobre o salário urbano em geral e, num círculo vicioso, transforma-se em fonte de recursos imprescindível de complementação ao orçamento da família operária. Por sua vez, a escassa reserva econômica dessa massa contribui para a freqüente frustração dos movimentos grevistas.

As precárias condições de vida do operariado urbano passam a preocupar o governo, receoso de uma repercussão negativa sobre todo o sistema de introdução de braços para a lavoura: os imigrantes continuariam a afluir se o chamariz – o deslocamento para os grandes centros – permanecesse tão pouco atrativo?

A emergência de conflitos na área rural estimulava a criação do Departamento Estadual do Trabalho, pelo decreto 2.071, de 5/07/1911. Pela lei 1.299-A, de 27/12/1911, era criado o Patronato Agrícola, entre cujas atribuições constava a de “resolver quaisquer dúvidas que porventura surjam entre os operários agrícolas e seus patrões”. Simultaneamente, passa-se a cogitar de uma complementação referente ao trabalho urbano. Esse intento culmina com a apresentação na Câmara Estadual dos Deputados, em sessão de 11 de setembro de 1912, de projeto de lei para transformar o Patronato Agrícola em Patronato do Trabalho, ao qual caberia, entre

outras atribuições, o zelo pela delicada questão do trabalho infantil.

Boletim oficial denuncia o trabalho de menores, “esqueléticos e raquíticos”

O recém-editado Boletim do Departamento Estadual do Trabalho se ocupava amplamente da questão do trabalho dos menores, descrevendo com realismo as péssimas condições observadas numa visita a 31 fábricas de tecidos, onde haviam sido encontrados menores “esqueléticos, raquíticos alguns”. E o mais triste, segundo o relatório, era que tais menores eram “aceitos em algumas fábricas por empenho de seus pais que desejam dessa maneira evitar que fiquem em abandono pelas ruas e sujeitos aos perigos da vagabundagem”. Mesmo no caso dos adultos, notaram os responsáveis pelo levantamento que os teares manuais exigiam um “esforço brutal dos operários”.

Em números subsequentes, o boletim divulgava as normas aprovadas na 5ª convenção da Associação Internacional de Proteção Legal aos Trabalhadores, com respeito: à interdição do trabalho industrial noturno às mulheres; às restrições ao emprego de crianças, adolescentes e mulheres; e também à jornada de trabalho dos próprios operários adultos. Tratando de acidentes de trabalho, o boletim nº 6 denunciava o caso de vítimas de menos de dez anos, assim como o de serventes de pedreiro de 13, 12, 11 anos que caíam de andaimes. No entanto, o Regulamento Sanitário (decreto 2.1421, de 14/11/1911), no seu artigo 173, só permitia o trabalho de menores de 10 a 12 anos em serviços leves. Tal como o decreto 1.313, de 1891, que no seu artigo 11 proibia o trabalho de menores em manipulações diretas com o fumo, o artigo 173 era simplesmente descumprido.

A elevação do custo de vida era contínua e progressiva: nos períodos da alta do café, o maior volume dos negócios acarretava o au-

mento dos preços internos: e nos períodos de baixa, tendia-se a compensar a depreciação igualmente à custa dos preços internos.

Em 1907, a liderança operária esboçara um movimento pela diminuição dos aluguéis. “Encareceu tudo: a farinha, o açúcar, o vinho, a carne, o feijão, a roupa, a habitação”.

Mas é no ano de 1912 que o fenômeno atinge o pico do período, vinculando-se particularmente com a especulação imobiliária. Por essa época, *La Battaglia* fazia publicar um manifesto onde se lia: “Cidadãos! Um grupo de exploradores, parasitas e sanguessugas do povo, sob o pretexto de embelezar a cidade de São Paulo, demolindo uma imensidade de casas velhas, deu um valor artificial aos terrenos e às casas para melhor explorar o povo trabalhador. Elevaram fabulosamente os preços dos aluguéis”. Também a mensagem do presidente do Estado, dirigida ao Congresso Estadual em 14 de julho de 1912, menciona o aguçamento da carestia e o problema da habitação operária.

Empresários se organizam e confronto capital-trabalho ganha maior radicalidade

Os empresários se organizavam com objetivos diversos. No curso de 1912 formava-se a Cooperativa das Fábricas de Chapéus com o intento de, diminuindo os custos da comercialização, baixar os preços finais, para assim enfrentar a concorrência do produto importado. Mas a articulação que por essa época se processa entre os industriais em geral não tem por escopo apenas a defesa diante do competidor estrangeiro. Logo no início de 1912 constituía-se a Liga Industrial de São Paulo que, entre outras atribuições, propunha-se a fazer frente às greves operárias. A fundação do Centro Industrial dos Fabricantes de Calçados tem a mesma motivação e até coincide com a irrupção de uma greve no setor.

No início de maio de 1912, cerca de 800 operários da fábrica de calçados Clark, situada



A classe operária no início do século, com a presença de mulheres e crianças

no Alto da Mooca, entravam em greve por não terem sido atendidas suas reivindicações. Solicitavam oito horas de trabalho e aumento de salário. Em resposta, os industriais do conjunto do setor se articulam, decidindo pelo *lock-out*. Alastrando-se rapidamente, a greve não apenas atinge as demais fábricas de calçados como se estende também às firmas têxteis, entre outras. Reunidos no Centro Operário, na Rua Marechal Deodoro, os operários calçadistas decidem continuar em greve e não aceitar intermediários para a solução da crise. Por sua vez, as autoridades policiais, solicitadas pelos empresários, punham em funcionamento o esquema de repressão.

O advogado dos trabalhadores impetrava, ante o Tribunal de Justiça, *habeas-corpus* em favor dos presos. No caso particular do dirigente Francisco Calvo, secretário da entidade dos operários em malharia, preso na Sé, tal pedido ficou neutralizado na prática uma vez que ele não foi localizado. Conforme relato posterior do *La Battaglia*, esse dirigente, depois de quinze dias de detenção, precariamente alimentado e dormindo no “cimento úmido de um cubículo sem ar”, foi atirado, à guisa de livramento, num bosque distante da cidade, onde foi por fim encontrado gravemente doente, a ponto de não poder deixar o leito.

Simultaneamente, já se manifestava um certo pessimismo com respeito ao andamento da greve dos tecelões, “miseros escravos, trabalhando pais e filhos sem chegar a alcançar mais que a fome” que se aguçava durante a greve. Com efeito, o empresariado têxtil não tardava a anunciar triunfalmente a normalização do trabalho. O setor de malharia levou ainda algum tempo para aceitar a capitulação. E no de calçados, que deflagrara o movimento, uma parcela de grevistas continuava resistindo desesperadamente, com o recurso aos piquetes, até chegar em meados de junho ao franco confronto com a polícia.

O desfecho da greve conduz *La Battaglia* a externar dúvidas sobre a tática adotada. O movimento dos operários de malharia agonizava, “Os grevistas, depois de cinquenta dias de luta – se ficar de braços cruzados pode

chamar-se de luta – tiveram que recorrer à solidariedade de toda a classe”. Quanto aos calçadistas, tanto na fábrica Melillo como na Rocha e Clark, o trabalho havia sido retomado, pelo menos em parte. “Fala-se em krumiragem (traição de fura-greves), mas nós não sabemos o que dizer, pois numa luta de braços cruzados depois de tantos dias há os que têm mais fome que outros”. A liderança evitava transferir a agressividade para uma luta fratricida dentro da própria camada à qual pertenciam os desertores – apenas mais débeis ou menos conscientes que os demais.

No mesmo ano, em agosto, eclode a greve dos portuários de Santos. O Superintendente da Cia. Docas havia se recusado a receber o ofício do Sindicato dos Trabalhadores da empresa, no qual eram reivindicadas melhores condições de trabalho e aumento de salário.

Após uma conferência do presidente da Docas com o presidente da República e o ministro da Fazenda, o governo, com a concordância do ministro da Marinha, determina a partida imediata do navio Rio Grande do Sul para Santos. Nesse meio tempo, a polícia efetuava prisões, buscando os líderes do movimento, enquanto simultaneamente a empresa contratava, no Rio de Janeiro, trabalhadores para substituir os grevistas.

La Battaglia comentava que os operários do porto de Santos estavam “sujeitos a um trabalho arquiabestial”, coerente com uma “república de negreiros e descendentes de negreiros”. E registrava que a polícia saqueara novamente a Federação Operária de Santos, violando um domicílio privado sem qualquer mandado judicial. As violências contra os portuários, incluindo a habitual expulsão do país, encontram repercussão na Câmara Federal, tendo o deputado Nicanor Nascimento, na defesa que fez dos operários, denunciado que entre as pessoas expulsas do território nacional existia um brasileiro nato.

Agravamento da situação econômica e maior rigor da legislação repressiva

Com efeito, para fazer face à agitação operária, ostensiva ou latente, o governo recorria ao recrudescimento da legislação repressiva. Pelo decreto 1.641, de 7/01/1907, era possível punir com a expulsão o estrangeiro que por qualquer motivo compromettesse “a segurança nacional ou a tranqüilidade pública”. O decreto 2.741, de 8/01/1913, tornou ainda mais rigorosas as disposições sobre a matéria. Em consequência, no meio operário, ao mal-estar decorrente da carestia se acrescenta a revolta contra a lei de expulsão.

Simultaneamente, a condição econômica do operariado assumia aspectos penosamente contraditórios. Enquanto a carestia da vida impelia o trabalhador a exigir aumento de salário, a tendência do empresariado, ante a perspectiva de recessão, relacionada com a depressão econômica internacional e a correlata baixa do preço do café, era de negar terminantemente o aumento ou mesmo reduzir os salários.

Em março de 1913, o periódico *Germinal* transcrevia a circular da Confederação Operária Brasileira recomendando a realização de comícios nos diversos centros urbanos, atendendo à moção aprovada no comício monstro realizado no Rio de Janeiro contra a carestia, o salário baixo e a excessiva jornada de trabalho. Em São Paulo, as lideranças operárias passam a traçar planos para frustrar a proibição das autoridades, enquanto a polícia, por sua vez, adotava medidas enérgicas de repressão.

Em fins de abril de 1913, os 800 operários da Nami Jafet, no Ipiranga, entravam em greve, reivindicando a diminuição de uma hora

de trabalho e aumento de 20% sobre os salários. Quase um mês depois, os operários começaram o trabalho – sem nada ter conseguido. Em seu informe sobre essa greve, o *Germinal* registrava que meninos de oito anos que trabalhavam no turno da noite, das 6 horas da tarde às 6 horas da manhã, ao passarem a trabalhar de dia tiveram seu salário reduzido.

Na mesma época também entram em greve os operários de uma indústria de tecidos do Belenzinho, por aumento de salário e redução de horas de trabalho. Em resposta, o delegado envia uma força de 30 praças para guarnecer a fábrica. Noticiando essa greve, o *Germinal* comenta que “os efeitos da carestia da vida estão despontando por toda parte”.

Em Santos, a Companhia Construtora responde à paralisação do trabalho com o *lock-out* e contrata mão-de-obra substituta, vinda de fora. No choque com a polícia e os fura-greves são feridos vários operários e presos 75. Aqueles apontados como chefes do movimento (e cujos nomes são declinados no *Germinal* para garantir-lhes a integridade física) eram detidos “à disposição do Secretário da Segurança capitalista”.

Havia casos de atraso intolerável no pagamento, como ocorria na Estrada de Ferro Juiquiá, onde, segundo registro no *Germinal*, os trabalhadores eram levados a fazer “justiça por suas próprias mãos, cobrando o salário à força”. E também ocorre, em alguns setores, a redução do próprio salário nominal. Em suma, os operários eram duramente fustigados – como demonstram também os artigos publicados na revista **Debate Sindical** números 25 e 26.

* Professora de sociologia política da USP, autora de diversos livros, membro da diretoria do Sindicato dos Escritores de São Paulo e da Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil

100 anos de Brecht, o poeta dos trabalhadores

Augusto Buonicore *

No dia 10 de fevereiro de 1998, os trabalhadores conscientes e socialistas de todo o mundo comemoram o centenário de nascimento de um dos maiores poetas e dramaturgos do século 20, Bertolt Brecht. Um artista que colocou toda a sua obra a serviço da emancipação dos trabalhadores, na defesa do socialismo.

Brecht nasceu na pequena cidade de Augsburg, no sul da Alemanha. Apesar de ter vivido toda a sua infância em um bairro operário, ele não pertencia às classes populares, pelo contrário, era filho de um abastado diretor de uma fábrica de papel. A condição familiar do pequeno Bertolt indicava-lhe um destino nada honroso, nascera para ocupar um lugar no mundo da produção ao lado dos exploradores. Mas Brecht, desde cedo, sentia que aquele não seria o seu destino. Em vez de produzir papéis, preferiria escrever sobre eles, transformando folhas em branco em poesia e a poesia em armas contra a sua própria classe. Mais tarde escreveria:

.....
*"Eu cresci como filho
 De gente abastada. Meus pais
 Me colocaram um colarinho, e me educaram
 No hábito de ser servido
 E me ensinaram a dar ordens.
 Mais tarde, olhei em torno de mim
 Não me agradava as pessoas de minha classe,
 Nem de dar ordens, nem ser servido.
 Então deixei a minha classe e me juntei
 A gente pequena.
 Assim criaram um traidor ..."*

A Segunda Guerra Mundial e a Revolução Russa marcam a juventude de Brecht

Dois grandes acontecimentos marcaram a atribulada juventude de Brecht: a primeira grande guerra mundial e a Revolução Socialista na Rússia. Em 1914, eclodia a guerra e toda a Alemanha foi tomada pela febre belicista. Até mesmo o Partido Social-Democrata Alemão (PSDA) adere ao espírito chauvinista da grande burguesia. Apenas uma pequena fração do partido resiste e se posiciona contra a guerra e em defesa da revolução. Esta ala, dirigida por Karl Liebknecht e Rosa de Luxemburgo, fundaria a liga espartaquista e depois o Partido Comunista da Alemanha.

O pequeno Brecht também, a seu modo, resistiu à onda militarista. Ainda no colégio, quando solicitado para que escrevesse uma redação, sob o título "É doce e honroso morrer pela pátria", escreve "a máxima de morrer pela pátria é apenas uma proposição tendenciosa apenas os imbecis podem levar tão longe esta

verdade". Tal ousadia enfureceu os professores e quase lhe custou a expulsão do colégio. Os tempos não eram bons.

Apesar do pequeno Brecht, a guerra continuava, devorando milhões de homens, em especial operários e camponeses. Mas, em outubro de 1917, alguma coisa de novo parecia estar acontecendo. Na Rússia, os trabalhadores, dirigidos pelos bolcheviques, haviam tomado o poder. A Revolução triunfava sobre a guerra. O caminho estava aberto.

As boas novas vindas do leste caem como uma bomba na velha Alemanha. No *front*, os soldados se confraternizam, nas cidades começam a eclodir grandes greves operárias e surgiam os conselhos de operários e soldados. O governo e a monarquia eram colocados em xeque pelas massas. Em 9 de novembro de 1918, irrompe a rebelião em Berlim e o próprio PSDA é obrigado, pela pressão dos operários em armas, a aderir ao movimento. A Revolução vencera também na Alemanha e é proclamada a república.

Mas o governo dirigido pela direita social-democrata busca, através de todos os meios, impedir que a revolução democrática se transformasse numa revolução socialista, como havia ocorrido na Rússia. A luta ganhava outro patamar, a burguesia se escondia por detrás de um "partido operário". O inimigo agia com as mãos da direita social-democrata.

No final da grande guerra, Brecht cursava a faculdade de medicina e atendia em um hospital militar. Nesta condição, acompanharia o processo revolucionário de 1918. Afirmaria Brecht: "Eu tinha 19 anos quando ouvi falar de vossa grande revolução, tinha 20 quando vi os reflexos deste grande incêndio em minha cidade natal. Eu era então enfermeiro num hospital militar ... A velha cidade foi tomada por uma nova população vinda dos bairros operários e ocorreu uma animação que estas ruas burguesas ... não tinham nunca conhecido".

No início de 1919, estoura um novo levante revolucionário, desta vez dirigido pelos comunistas. Os operários comunistas tomam o parlamento alemão, o *Reichstag*, mas são

desalojados pelo exército. Depois de cinco dias de violentos combates, a insurreição é derrotada. No dia 15 de janeiro, Rosa e Libeknecht são seqüestrados e assassinados. Em silêncio, sem cerimônias, homens sem rostos atiram os dois corpos nas águas frias do Canal Landwer. Era preciso não deixar provas do horrendo crime, mas as mãos dos assassinos os denunciavam. Brecht escreveria no seu Epitáfio 1919:

.....
*"A Rosa Vermelha também desapareceu
 Ninguém sabe onde repousa seu corpo
 Disse a verdade aos pobres
 E por isso foi morta pelos ricos"*.

A vida boêmia, o movimento expressionista e a crítica a todo tipo de indiferença

As conseqüências da guerra haviam sido desastrosas para a Alemanha. A carestia de vida e o desemprego martirizavam a classe operária. A fome e a morte rondavam os bairros pobres. A revolução havia sido derrotada, mas ainda havia esperanças de um novo despertar. Brecht apresentava, em versos, a resposta operária para a crise:

.....
*"... O nosso desemprego
 Não será solucionado
 Enquanto os Senhores não
 Ficarem desempregados"*.

O jovem Brecht alimentava um profundo desprezo por tudo que a burguesia representava, detestava o militarismo alemão e nutria uma simpatia, ainda que ingênua, por todas as vítimas da sociedade capitalista: desempregados, prostitutas, pequenos meliantes, personagens de várias de suas obras; nelas sempre buscou mostrar a íntima ligação entre o submundo da sociedade capitalista e o "honroso" mundo oficial dos grandes negócios. Brecht, neste primeiro período, embora tivesse grande simpatia pelos comunistas e olhasse com bons olhos a construção do socialismo na URSS, não era um marxista.

Seu socialismo era quase intuitivo, movido pelo seu ódio à hipocrisia burguesa.

No início da década de 20, Brecht iria se aproximar, sem nunca aderir integralmente, ao movimento expressionista alemão, que neste período ganhava parcelas consideráveis da intelectualidade progressista da Alemanha. Um movimento que se opunha a fascistação da sociedade alemã, mas possuía um caráter de classe pequeno burguês. Era fruto de um tempo de desagregação e de incertezas, nascido da derrota da revolução e marcado pelo avanço gradual do nazismo. O próprio Brecht reconheceria mais tarde que “para o expressionismo o mundo não mais existia senão como a visão de uma estranha ruína, criação de almas angustiadas ... tornou-se incapaz de esclarecer o mundo enquanto prática humana”. Portanto, era um discurso destrutivo, quase anárquico.

Neste período, Brecht escreve poemas e canções, que declama e canta nos bares e cafês da cada vez mais reacionária Munique. Em 1920, ainda dentro de uma perspectiva expressionista, escreve a peça *Baal*. Logo em seguida, escreve a peça *Tambores da Noite*. Para Brecht, seria a primeira obra baseada na luta de classes. Nela ele retrata as relações entre as classes, o heroísmo e a covardia, a neutralidade e o engajamento, numa única noite, a noite do levante espartaquista. O autor, refletindo posteriormente sobre o conteúdo dessa obra, dirá: “Os meus conhecimentos não eram suficientes para que compreendesse a sério o que foi a insurreição do proletário na Alemanha”. Mas esta deficiência não invalida o conjunto da obra, como uma bela página da dramaturgia mundial.

Em 1928, Brecht lê *O Capital* de Marx e escreve a peça *Ópera dos Três Vinténs*, na qual retoma o tema das relações existentes entre os pequenos crimes, as pequenas corrupções e os grandes e respeitáveis crimes do capital, traduzido na fala de um de seus personagens: “O que é o assalto a um banco comparado a fundação de um banco”. O que mais indignava Brecht era a indiferença dos homens diante das injustiças. O poeta se levanta

tava contra todos aqueles que achavam que a opressão era algo natural e, portanto, eterna. Por isso clamava um dos personagens criado pelo autor:

.....
*“Nós pedimos com insistência:
 Não digam nunca: isto é natural!
 Diante dos acontecimentos de cada dia,
 Numa época em que reina a confusão,
 Em que corre sangue,
 Em que se ordena a desordem,
 Em que o arbitrário tem força de lei,
 Em que a humanidade se desumaniza,
 Não digam Nunca: isso é natural!”*

A convicção, trazida pela dialética, de que nada é eterno e que, portanto, o mundo pode e deve ser transformado e a arte é um instrumento de transformação, está presente em toda a obra brechtiniana. Mesmo nos dias mais difíceis, esta grande idéia jamais o abandonou e continuou a alimentar a sua prática cultural e política.

.....
*“Enquanto você estiver vivo, nunca diga:
 | nunca!
 O regime vigente não é seguro. Não é
 | imutável...
 Os vencidos de hoje serão os vencedores de
 | amanhã.
 É o “nunca” se transforma em “hoje”!”*

A longa noite nazista, os apelos à unidade operária, a perseguição e o exílio

A direita se fortalecia, financiada pela grande burguesia; do outro lado, os operários, únicos capazes de deter o avanço do fascismo, estavam divididos e desarmados. Tudo indicava que uma tragédia se aproximava e Brecht grita a todo pulmão contra o nazismo e pela unidade da classe operária. Era preciso responder ao avanço do nazismo com a unidade operária. A política adotada pelos comunistas e pela social-democracia alemã jogava contra a unidade da esquerda: uns dominados pelo esquerdismo, e outros pelo oportunismo de

direita que afirmava que seria preferível que Hitler subisse ao poder através de eleições que através de um golpe de Estado. Relembrando estes trágicos dias, escreveria:

.....
*"Então dissemos aos camaradas da Social-
 [Democracia*

Devemos aceitar que matem nossos

[camaradas?

Lutem conosco numa União antifascista! ...

Camaradas reconheçam agora que este

["mal menor"

*Que ano após ano foi usado para afastá-los de
 Qualquer luta.*

Logo significará aceitar os nazistas".

Poucos ouviriam os apelos de Brecht e, em janeiro de 1933, Hitler assumia o poder. A contra-revolução venceria através das urnas. Prisões e torturas passaram a compor o cotidiano da vida política e social alemã. Implantaria-se o terrorismo cultural, livros seriam queimados em praças públicas. Brecht sabia que aquilo era apenas o prelúdio de dias ainda piores, pois como já dizia o poeta Heine "onde se queimam livros acaba-se queimando homens" ... e assim se deu. As fogueiras da intolerância cultural se transformaram rapidamente em fornos crematórios. E a Alemanha de Beethoven, Kant, Goeth, Hegel, Heine e Marx, finas flores da cultura humanista europeia, transformaria-se na Alemanha de Hitler, Goebbels, Goering, Rosenberg. Triste Alemanha. Brecht, já no exílio, cantaria a sua vergonha:

.....
"Ó Alemanha, pálida mãe:

Como aparecer manchada

Entre as nações.

Entre os imundos te destacas".

Brecht encabeça diversas "listas negras" e é obrigado a abandonar a Alemanha em direção a Praga. No peito do poeta ainda se alimentavam esperanças: o exílio será breve e o nazismo será rapidamente derrubado. "A última palavra ainda não havia sido dada". Suas esperanças também se traduzem em seus poemas de exílio:

.....
*"Não ponha o prego na parede,
 Jogue o casaco na cadeira.
 Por quê fazer planos para quatro dias?
 Amanhã você volta".*

.....
 Mas uma longa noite desceria sobre a Europa, obrigando-o a adiar os seus planos. De Praga, segue para a Áustria, depois para a Suíça, depois França e, por fim, Dinamarca. É triste a canção do exílio:

.....
"Expulso do meu país, tenho que

[ver agora ...

Vender o que possuo.

Tenho que voltar a percorrer velhos

[caminhos.

Para onde vou ouço: soletre o seu nome!

Ah, este nome que já foi tão célebre."

.....
 No exílio, em 1935, escreve o clássico "Terror e Miséria no III Reich", um relato vivo da condição humana na Alemanha nazista, os reflexos do terror e da repressão política no cotidiano da sociedade e da família alemã através de pequenos episódios. A temática de quase toda a sua obra no período poderia ser traduzida em um verso:

.....
"Uma rima no meu poema

Me daria quase a impressão de uma

[insolência

Em mim se enfrentam

A exaltação quando vejo uma macieira em

[flor

E o horror que me causam o discurso do

[pintor de paredes

Mas somente o horror

Me faz escrever".

.....
 Em 1936, os fascistas de Franco tentam derrubar o governo da Frente Popular na Espanha e tem início a Guerra Civil. Brecht escreve a peça *Os Fuzis da Senhora Carrar* com o objetivo de incentivar a luta dos povos contra o nazi-fascismo. O centro do drama é a discussão sobre a neutralidade e o engajamento em meio a revolução: retomando, em

certo sentido, o tema já abordado por Górkki em sua obra *A Mãe*. Em 1938, escreve um outro clássico, *A Vida de Galileu*, na qual discute o papel do intelectual na luta contra o obscurantismo, a partir de um fato real, a abjuração de Galileu diante do Tribunal da Santa Inquisição.

A crítica aos processos de Moscou, a defesa da URSS e o enterro "sem discursos"

Brecht não olha com bons olhos os processos de Moscou e a dura repressão stalinista contra a oposição e a intelectualidade russa.

Vários de seus amigos são presos e executados. O poeta, num misto de perplexidade e desconfiança, lamenta:

.....
*"Meu mestre
 Este grande homem,
 [amigo,
 Foi fuzilado,
 [condenado
 [por um
 tribunal
 [popular;
 Como espião. Seu
 [nome
 [foi difamado.
 Seus livros,
 destruídos. Falar dele
 Desperta suspeitas;
 [todos se
 [calam.
 E se ele era inocente?*

Os exércitos de Hitler continuam a sua marcha triunfal sobre a Europa, pareciam invencíveis. Na Europa continental, apenas a URSS resiste. Ali não havia mais segurança para Brecht. Em 1941, refugia-se nas URSS e com apoio soviético parte para a América, onde permaneceria até o fim da guerra e da tão esperada derrota do nazismo.

Em 1947, tem início a guerra fria e Brecht é convocado a se apresentar ao "Comitê de Atividades Antiamericanas", uma versão moderna dos tribunais da Santa Inquisição medieval, para prestar esclarecimentos sobre a sua relação com o Partido Comunista. O fascismo parecia se transferir da Europa para América. triste América.



De volta à Europa, ainda em 1947, depois de uma breve estada na Suíça, transfere-se para Berlim oriental, onde passaria a residir até o fim da vida. Ali funda a sua própria companhia de teatro, o "Berliner Ensemble". Em 1948, organiza uma campanha em favor do casal Rosenberg, condenado à morte nos EUA, sob acusação de espionagem. A moderna inquisição norte-americana fazia as suas primeiras vítimas fatais.

Apesar de nutrir profundas simpatias pelos partidos comunistas e pela URSS e de seu engajamento na luta pela vitória da paz e do socialismo na Alemanha e no mundo, ele não ingressou em nenhum dos partidos comunistas europeus. Mas isso não o impediu de escrever:

.....
*"Mas quem é o Partido?
 Ele fica sentado em uma casa com
 [telefones?
 Seus pensamentos são secretos, suas
 [decisões desconhecidas?
 Quem é ele?
 Nós somos ele.
 Você, eu, vocês - nós todos.
 Ele veste a sua roupa, camarada,
 e pensa com a sua cabeça
 Onde mora é a casa dele, e quando
 [você é atacado
 ele luta".*

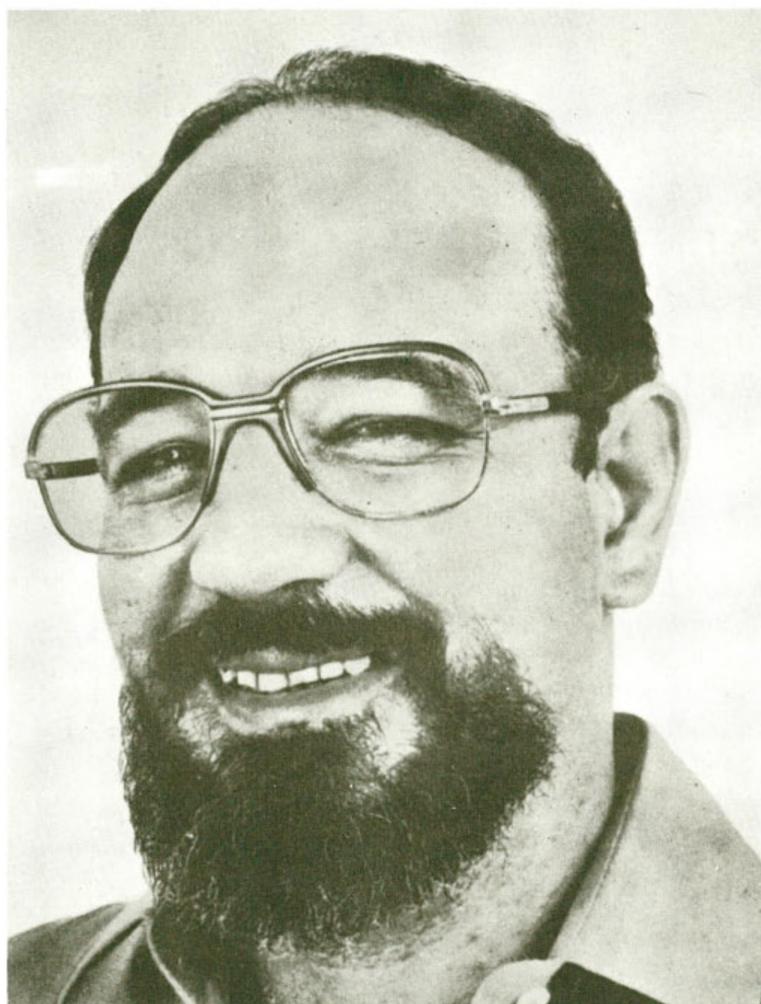
.....
 Em junho de 1953 eclode uma revolta em

Berlim oriental contra o governo socialista e a URSS. Brecht se colocou ao lado do governo e contra a insurreição, mas sabia distinguir o elemento operário na confusão dos eventos hegemonizados pela burguesia pró-imperialista. Brecht corajosamente envia uma carta a direção do Partido Comunista Alemão no qual afirma: "Espero agora que os provocadores sejam isolados e que suas redes sejam destruídas; mas também espero que não se coloque no mesmo nível estes provocadores e os operários que se manifestaram para exprimir o seu justo descontentamento, a fim de não perturbar o futuro da discussão tão necessária sobre os erros cometidos pelos dois lados".

Dois anos depois Brecht ganharia o prêmio Stálin da Paz, pelos seus serviços prestados à causa da paz e do socialismo no mundo. O governo da República Democrática Alemã (socialista) oferece um teatro para a sua companhia. Ali passaria a desenvolver um intenso trabalho de formação cultural e política entre a juventude e os operários.

Mas Brecht já está fraco e doente. Em 1956, já no fim da vida, escreve: "se eu morrer, não quero que meu corpo seja exposto solenemente, nem que me exibam em público. Que não haja discurso no meu enterro". Assim foi feito. No dia 17 de agosto de 1956, três dias após a sua morte, era enterrado perto do túmulo de Hegel, sem pompa, sem discursos, em sua lápide apenas uma breve inscrição: "Brecht".

* Historiador,
 doutorando em
 ciências sociais
 pela Unicamp/SP e
 membro do
 Conselho de
 Redação da *Debate*
Sindical



Fonteles, um defensor dos trabalhadores rurais

Nise Jinkings *

Foi intensa e fecunda a ação militante de Paulo Fonteles, morto há uma década, aos 38 anos de idade. Advogado defensor dos trabalhadores rurais em luta pela posse da terra, ele foi brutalmente assassinado a mando de latifundiários do sul do Pará. Numa singela homenagem, a autora paraense, que o conheceu na resistência à ditadura militar, fala da intensa militância desse combatente da liberdade e da justiça.

Paulo Fonteles assessorava juridicamente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Conceição do Araguaia, desde 1977. No exercício desta atividade, recebera inúmeras ameaças

de morte dos grandes fazendeiros e empresários da região, que havia se convertido em uma das mais conflituosas do país. Ali, a grande concentração da propriedade fundiária, que

tem produzido uma generalização e radicalização das lutas pela terra em todo o território nacional, exibida com particular crueza suas consequências sociais, políticas e econômicas.

A monopolização da propriedade de terras na Amazônia transformara em posseiros os agricultores e colonos que ali viviam, sem títulos de propriedade, num regime de transmissão oral da posse da terra entre gerações. E resultava geralmente na sua subordinação ou expulsão, engendrando situações conflituosas de profunda gravidade, reveladoras de contradições e antagonismos entre classes (ou frações) sociais.

Essa problemática marcaria fortemente a militância política de Paulo Fonteles, que dedicaria às lutas pela terra seus últimos dez anos de vida, de forma incansável e, sobretudo, extremamente corajosa. Foi justamente a explosão de um violento conflito no Pará e a mobilização em apoio a posseiros presos que deu origem à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

Criada em agosto de 1977, em Belém, com a participação de representantes de sindicatos, partidos políticos, movimentos populares e da igreja, a SDDH desempenharia papel importante como entidade articuladora da luta contra a ditadura militar no Pará. Paulo Fonteles, que havia sido eleito o seu primeiro presidente, escreveria no jornal da entidade: “É claro que nas difíceis condições de vida política de nosso país, uma entidade que tem a coragem de aberta e firmemente dizer que sua luta principal é a defesa dos direitos humanos, tão vilipendiados hoje, não tem vida fácil. A idéia da Sociedade, entretanto, é poderosa. É como se ela contivesse a força de um pau-d’arco, como se ela fosse nutrida por um gigante”.

É esse inesgotável entusiasmo na defesa das idéias e a radical intransigência a toda e qualquer forma de opressão que levariam Paulo Fonteles a acumular às tarefas exigidas por seu papel enquanto presidente da SDDH as de assessoria jurídica da CPT. Compreendendo a dramaticidade da luta pela terra, ele seria o primeiro advogado a realizar um

trabalho sistemático de defesa dos posseiros da região em torno de Conceição do Araguaia. Confrontava diretamente os interesses de grandes fazendeiros e empresários, acobertados pelo aparato estatal repressivo da ditadura militar.

A experiência militante de Paulo Fonteles havia se iniciado nas lutas estudantis de 1968. Recém ingresso na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, ele rapidamente se tornaria um dos quadros da organização clandestina Ação Popular (AP), futuramente integrada ao Partido Comunista do Brasil. As exigências da militância política o levariam a se estabelecer em Brasília, como estudante da UNB, onde foi preso em outubro de 1971, acusado de “terrorista”. Barbaramente torturado nos órgãos repressivos do poder ditatorial, verdadeiras máquinas da violência organizada, Paulo Fonteles esteve preso durante um ano e oito meses.

Ele voltaria a atuar politicamente na SDDH e no movimento estudantil, que se reorganizava a nível nacional na segunda metade dos anos 70, num contexto de recrudescimento das manifestações de massa contra a ditadura militar. Eleito deputado estadual pelo PMDB, em 1982 (o PCdoB permanecia na ilegalidade imposta pelo regime militar), centrou sua atuação parlamentar na questão agrária, denunciando com veemência os crimes que a violência da luta pela terra multiplicava por todo o país.

Os mandantes do assassinato de Paulo Fonteles – e de tantos outros que desafiaram as leis do monopólio da terra – permanecem impunes. Hoje, como nos anos de ditadura militar, o Estado a serviço do grande capital recria mecanismos institucionais e repressivos para aprofundar a dominação capitalista sobre as classes subordinadas, no campo e na cidade. Mas, a força da convicção revolucionária que acompanhou Paulo Fonteles por toda a vida se frutifica na combatividade e persistência dos movimentos sociais e políticos que mantêm a luta pelos ideais socialistas democráticos e igualitários.

* Mestre em sociologia, doutoranda em ciências sociais na Unicamp/SP e autora do livro *O mister de fazer dinheiro*, Boitempo Editoria

Revolução Francesa em foco



Ecos da Marselhesa.
Eric Hobsbawm, Ed.
Companhia das
Letras, São Paulo,
1996

Seis anos após sua primeira edição, foi publicado no Brasil o livro do historiador marxista inglês Eric Hobsbawm, *“Ecos da Marselhesa: Dois séculos revêem a Revolução Francesa”*. É uma obra de combate teórico contra a revisão neoliberal da historiografia sobre a Revolução Francesa, cujas teses predominaram durante as comemorações dos seus 200 anos. Estas se destacaram por não demonstrar qualquer simpatia pela Revolução Francesa ou por sua herança.

A primeira e mais importante crítica revisionista é a de que “a Revolução realmente não fez tanta diferença na história da França” e que os seus resultados teriam sido insignificantes, quando comparados aos seus custos materiais e humanos. Ao negar sua importância, os revisionistas estão subvertendo toda a produção histórica precedente, que começou a ser construída pelos próprios liberais moderados do século XIX.

Os revisionistas contemporâneos atacam também a tese clássica, posteriormente adotada pelos marxistas, de que a Revolução Francesa foi, pelo seu conteúdo, uma revolução burguesa. Negam que ela tivesse sido essencialmente “uma revolução social necessária, um passo essencial e inevitável do desenvolvimento histórico da sociedade moderna” e, mais do que isso, negam o próprio

fato de ter ocorrido uma “transferência de poder de uma classe para outra”.

O que Hobsbawm demonstra é que a análise da Revolução Francesa como uma luta de classes entre a aristocracia agrária e a burguesia ascendente (ou classes médias) não foi criação do marxismo e sim obra da própria historiografia liberal moderada. Afinal, o próprio Marx já havia constatado que devíamos a homens como Guizot e Thiers a idéia da luta de classes como motor da história.

Contra os revisionistas neoliberais, que negam a centralidade da luta de classes entre aristocracia rural e a burguesia ascendente em 1789, Hobsbawm se utiliza de outro liberal, que não morria de amores pela revolução, Alexis de Tocqueville, que escreveu: “Nossa história, vista à distância e como um todo, sustenta, de fato, um quadro de lutas mortais entre o Antigo Regime, suas tradições, memórias, esperanças e homens, tal como representados pela aristocracia, e a Nova França, liderada pela classe média”.

Após a revolta operária de julho de 1848 em Paris, a burguesia e seus teóricos passaram a rever as suas análises sobre o papel da luta de classes. Mas se os liberais procuravam “despolitizar” a questão da revolução, os trabalhadores urbanos, dirigidos pelos socialistas, “não encontraram dificuldades em assumir a linguagem e o simbolismo da revolução jacobina”. A Marselhesa virou o hino da Social Democracia Alemã e do próprio movimento socialista até ser substituída pela Internacional.

Portanto, “era natural para Marx dizer simplesmente aos poloneses, em 1848: ‘o jacobino de 1793 tornou-se o comunista de hoje’”. Também não surpreende o fato de que

Lênin “não escondesse sua forte admiração pelo jacobinismo. Mas, apesar de certa identificação com o jacobinismo revolucionário, Lênin fez questão de afirmar: “A nossa revolução não é o terror revolucionário francês que guilhotinou pessoas desarmadas, e espero que nunca iremos tão longe”.

Hobsbawn constata que, desde o início do século, houve uma gradual integração da perspectiva dos historiadores republicanos radicais, admiradores da tradição jacobina, e a dos marxistas. A própria luta política na França tratou de empurrar os primeiros “para uma posição à esquerda do espectro político”. Esse processo se reforça na década de 30, com a ascensão do fascismo, pois esse era, nas palavras de Hobsbawn, “a expressão da quintessência daqueles que tinham rejeitado completamente, desde o começo, a Revolução Francesa”.

A fusão da perspectiva histórica dos republicanos radicais e dos marxistas determinou “que um ataque ao marxismo deveria ser também um ataque àquela historiografia”. Mas Hobsbawn não se refugia no dogmatismo e reconhece também os limites da historiografia republicana-marxista. Entre estes está o fato de que esta “tendeu a se tornar uma ortodoxia ... altamente resistente a mudança”. E, por isso mesmo, ela necessitava urgentemente “ampliar-se, atualizar-se, reverter e modificar-se para incluir novas questões, novas respostas e novos dados”. Só assim ela

poderia impor uma resistência mais eficiente à onda revisionista.

Nos dias atuais, constata o autor, “a revisão liberal da história revolucionária francesa é inteiramente dirigida, via 1789, para 1917”. A “ironia da história” é que, para fazer isso, os neoliberais são obrigados a atacar precisamente a interpretação “formulada e popularizada pela própria escola do liberalismo moderado dá qual pretendem ser herdeiros”. No entanto, conclui ele, “com ou sem revisionismo, não nos esqueçamos daquilo que era óbvio para todas as pessoas instruídas no século XIX e que ainda é óbvio: a centralidade e a relevância da Revolução Francesa”.

Talvez uma das maiores heranças desta revolução, que causa maior temor entre as classes proprietárias e seus governos, é que ela “deu aos povos a noção de que a história pode ser mudada por sua ação ... demonstrou o poder das pessoas comuns de uma maneira que nenhum dos governos subseqüentes jamais se permitiu esquecer”. Para Hobsbawn, o resgate da Revolução Francesa e de muitos de seus valores “são mais necessários do que nunca, na medida em que o irracionalismo, a religião fundamentalista, o obscurantismo e a barbárie estão, mais uma vez, avançando sobre nós”.

(Augusto César Buonicore, historiador e doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP)

Pensamento avançado



Crítica Marxista,
número 5.
Diversos autores.
Editora Xamã, São
Paulo, 1997

A revista *Crítica Marxista* é uma criação coletiva de um conjunto de intelectuais em

resposta à ofensiva política e ideológica do neoliberalismo. No seu quinto número, destacam-se vários artigos. Num deles, o intelectual alemão Gilbert Badia faz um interessantíssimo balanço dos sete anos da unificação da Alemanha, ou melhor, da anexação do lado oriental pelo mundo capitalista. Mostra como a alegria dos primeiros momentos se transforma em decepção e revolta.

Um dos primeiros resultados da anexação

foi o aumento, sem precedente, do desemprego. Em 1989, a Alemanha oriental possuía 9 milhões de pessoas ativas, hoje possui apenas 6,4 milhões. As principais vítimas deste processo têm sido as mulheres. Antes da queda do muro, a Alemanha Oriental era o país que possuía o maior número de mulheres exercendo atividades profissionais e hoje elas já representam dois terços dos desempregados.

Com base em inúmeros dados, o autor afirma que o descontentamento popular se generaliza. Nas últimas pesquisas realizadas, 53% dos alemães orientais afirmaram que os resultados da unificação haviam sido piores do que eles imaginavam e 72% disseram se sentir como "cidadãos de segunda classe". Quando chamados a responder em quais aspectos a antiga RDA era superior a Alemanha unificada, responderam que ela era superior em cinco dos sete itens perguntados. A saber: segurança (88%), igualdade das mulheres (87%), proteção social (92%), educação (64%), formação profissional (70%), saúde (57%) e habitação (53%).

Mesmo a ilusão quanto a tão propalada democracia ocidental começa a sofrer seus arranhões. O diretor de teatro Frank Castorf afirma: "Creio que éramos finalmente mais livres no sistema do totalitarismo coletivo que na sociedade atual, cuja única mola propulsora é um individualismo". Já a jornalista Scarlatt Kleint comenta: "A pressão da grana substituiu a da política".

Em outro artigo, o professor Domenico Losurdo analisa o papel desempenhado pela Revolução Russa na luta anticolonial, anti-imperialista e anti-racista no mundo e as trágicas conseqüências da sua posterior derrota. Para o autor, ocorre hoje um processo de recolonização no planeta. Ele cita Fidel Castro, para quem "o desaparecimento da URSS é uma tragédia para o Terceiro Mundo". Ele também avalia que existe uma

relação íntima entre o aumento da agressividade do imperialismo e o crescimento dos movimentos racistas. Estes últimos só reproduziriam "em miniatura" o que as grandes potências fazem com os povos considerados fora do "mundo civilizado".

A revista ainda contém um texto de Nelson Prado Alves Pinto, que discute o conceito de capitalismo financeiro, partindo de Marx, Hilferding, Lênin e Paul Sweezy. A partir deles, o autor critica os defensores da tese da existência de um capitalismo sem capitalistas ou de um capitalismo gerencial. Já Ricardo Musse, em artigo polêmico, expõe o processo de construção do conceito de dialética em Engels. Contrapondo-se a tese de Perry Anderson, afirma que as preocupações metodológicas do marxismo não nasceram com o chamado marxismo ocidental e sim na obra de Engels, especialmente no seu *Anti-Dühring*. Há também uma longa entrevista com João Pedro Stédile, na qual se discute o problema da reforma agrária no Brasil e as estratégias do MST.

Por último, *Crítica Marxista* apresenta dois interessantes dossiês. O primeiro aborda os impactos da Revolução Russa sobre o movimento operário brasileiro, no qual se incluem seis textos inéditos de Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB, e artigos de Marcos Del Roio e de José Antônio Segatto. O segundo dossiê é dedicado a Che Guevara, com textos dos professores João Quartim de Moraes e João Roberto Martins.

A exemplo dos quatro números anteriores, a revista contribui para a elaboração do pensamento crítico, avançado, no país. Neste sentido, deve ser lida e divulgada por todos aqueles interessados numa transformação revolucionária e que acreditam que o marxismo é o principal instrumento teórico que nos permitirá construir tal alternativa.

(ACB)

Teoria e praxis sindical



Com a edição do número 27 da **Debate Sindical**, publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES) que já completa mais de 10 anos de vida, sinto-me na obrigação de externar algumas opiniões sobre a revista. Primeiro para dizer que muitos dos artigos publicados eu tenho aproveitado em nossos cursos na Universidade. Em especial no curso da disciplina "computadores e sociedade", para os alunos de processamento de dados da Unimep (Piracicaba/SP). Vários textos da revista são lidos, discutidos e os alunos exercitam um questionário sobre os mesmos. Isso nos faz ter à mão um grande instrumento de trabalho acadêmico. Na verdade, o conteúdo dessa disciplina nada mais é do que sociologia do trabalho.

Diferente da revista *Princípios*, que é uma excelente publicação teórica, a **Debate Sindical** consegue reunir a teorização de aspectos do sindicalismo com a *praxis* sindical. Ou seja: ela reúne teoria e uma prática inovadora, relatando experiências nacionais e internacionais que podem auxiliar as lideranças sindicais brasileiras em muitos momentos.

Temos orgulho de ter participado do CES em seus primórdios e dado uma modesta contribuição à revista. Mas, como professor e estudioso das questões sociais, não poderia deixar de manifestar o meu firme apoio ao trabalho da equipe editorial para que continue prestando esse grande serviço ao sindicalismo brasileiro.

(Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho – sociólogo da Fundação Unesp, professor da Unimep, pós-graduado em filosofia e política internacional e presidente da Federação Nacional dos Sociólogos)

Arma poderosa



Nestes tempos difíceis de neoliberalismo, surgem teses e mais teses dos apologistas do capitalismo. De nosso lado, os instrumen-

tos de formação, informação e de enfrentamento no campo das idéias são limitados – porquê não dizer, brinquedinhos diante do arsenal "global" que invade diariamente os lares dos trabalhadores. Exatamente por isso, não tenho dúvida em afirmar que a revista **Debate Sindical** é uma poderosa "arma" para municiar os sindicalistas na luta pela transformação social. Com seus artigos aprofundados, suas polêmicas francas e o intercâmbio de experiências, ela ajuda a elevar o nível de consciência dos trabalhadores. Como leitora e assinante desta revista ampla, plural e de classe, recomendo-a a todos e parabenizo os editores.

Sônia Corrêa - Porto Alegre/RS

Sobre o desemprego



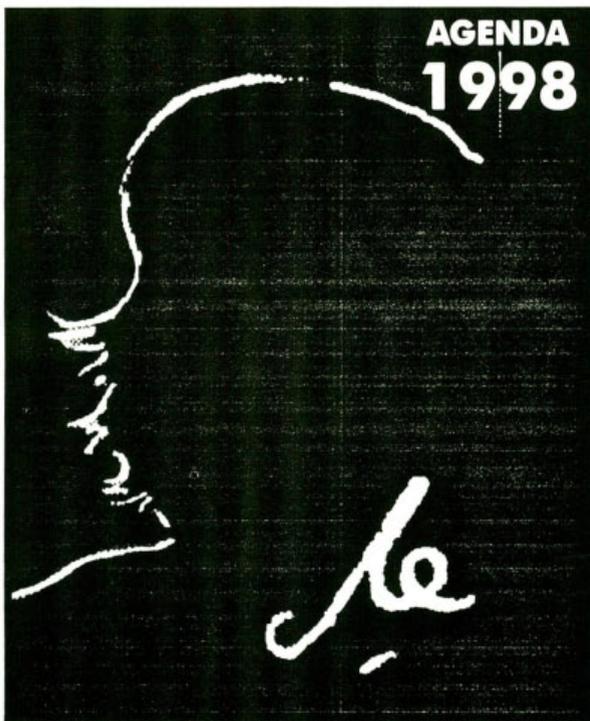
Quero parabenizar a revista **Debate Sindical** pelo artigo "O nosso futuro é o pleno desemprego?", de Osvaldo Bertolino, publicado na edição de número 25. O texto mostra a consistência de um sindicalista que está sintonizado com seu tempo e comprometido com as lutas e embates teóricos do movimento sindical. Para Bertolino, a questão do desemprego é de fundo político, agravada pela falta de utilização socializante das novas tecnologias e que a solução neoliberal somente agrava tais problemas (...).

O certo é que o capital está cada vez mais oprimindo o trabalho e que não será nesse sistema que os trabalhadores conseguirão suprir seus anseios por melhores perspectivas de vida. É preciso estimular os trabalhadores a generalizarem suas experiências e conhecimentos científicos acumulados. Só assim surgirão elementos novos que fundamentem novas premissas para a luta de classes.

Geordy Pereira - São Paulo/SP

PROMOÇÃO ESPECIAL

Faça a sua assinatura da *Debate Sindical* e ganhe a nova agenda em homenagem a *Che Guevara*



Inicie o ano com uma agenda repleta de textos, poesias e fotos selecionados em homenagem ao revolucionário Ernesto Che Guevara. Ao fazer a sua assinatura da revista *Debate Sindical* (R\$ 30,00), você recebe a agenda que custa R\$ 15,00. A promoção é especial. Você paga apenas R\$ 35,00.

Não perca tempo! Faça hoje mesmo a sua assinatura da única publicação do país especializada no estudo da questão sindical – uma revista de análise aprofundada, polêmica franca e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições da *Debate Sindical* – e você ainda recebe a agenda de Che Guevara.

Preencha dos dados abaixo em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES) - Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, Fone/Fax: (011) 289-1496.

Nome:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	
Telefone(s): ()	CEP:	Data da assinatura:	/ /

SEMINÁRIO

O MANIFESTO COMUNISTA HOJE

25 DE ABRIL - 9 HORAS

"Contexto e impactos do Manifesto"

- Jacob Gorender – historiador e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP
- Tarso Genro – advogado, ex-prefeito de Porto Alegre e membro do Diretório Nacional do PT
- Augusto Buonicore – doutorando em ciências sociais pela Unicamp

25 DE ABRIL - 14 HORAS

"O capitalismo em movimento"

- Clóvis Rossi – jornalista e integrante do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo* *
- Duarte Pereira – jornalista e assessor parlamentar
- Paul Singer – professor titular de economia na USP

26 DE ABRIL - 9 HORAS

"Os covetores da burguesia - o papel do proletariado"

- Lincoln Secco – pós-graduando em história econômica na USP e editor da revista *Práxis*
- Marcio Pochmann – economista e diretor-executivo do Cesit/Unicamp
- Altamiro Borges – jornalista e membro da coordenação do Centro de Estudos Sindicais (CES)

26 DE ABRIL - 14 HORAS

"A atualidade da revolução socialista"

- José Paulo Neto – doutor em serviço social e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Marco Aurélio Garcia – professor de história da Unicamp e secretário de relações internacionais do PT
- Bernardo Joffily – jornalista e membro da coordenação do Instituto Maurício Grabóis/SP

(*) O nome com asterisco foi o único que ainda não pôde confirmar a presença.

LOCAL DO SEMINÁRIO: auditório do Instituto Maurício Grabóis - Rua Condessa de São Joaquim, 272, Bela Vista, São Paulo (próximo ao Metrô São Joaquim)

VAGAS LIMITADAS. INSCRIÇÕES ATÉ 17 DE ABRIL.

INSCRIÇÕES E MAIORES INFORMAÇÕES: Centro de Estudos Sindicais (CES) - Rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01323-010. Fone/Fax: (011) 289-1496

Taxas de inscrições:

Monitores do CIS	isentos
Monitores do 13 de Maio e sindicatos conveniados ao CIS	R\$ 25,00
Sindicatos não conveniados e outros interessados	R\$ 50,00

PROMOÇÃO

- Centro de Estudos Sindicais (CES)
- Instituto Maurício Grabóis (IMG-SP)
- Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV)
- Núcleo de Educação Popular 13 de Maio